

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

**2016/2017**



**TIG**

**ARQUITETURA SECURITÁRIA PARA O ATLÂNTICO SUL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS  
SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS.**

**CMG ECN Carlos Alberto Lopes Moreira  
CMG M Nuno António de Noronha Bragança  
COR INF Pedro Manuel Monteiro Sardinha  
COR QMB Roberto Miranda Aversa**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**ARQUITETURA SECURITÁRIA PARA O  
ATLÂNTICO SUL**

**CMG ECN Carlos Alberto Lopes Moreira**

**CMG M Nuno António de Noronha Bragança**

**COR INF Pedro Manuel Monteiro Sardinha**

**COR QMB Roberto Miranda Aversa**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG 2016/2017

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**ARQUITETURA SECURITÁRIA PARA O**  
**ATLÂNTICO SUL**

**CMG ECN Carlos Alberto Lopes Moreira**

**CMG M Nuno António de Noronha Bragança**

**COR INF Pedro Manuel Monteiro Sardinha**

**COR QMB Roberto Miranda Aversa**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOG 2016/2017

Pedrouços 2017



## **Declaração de compromisso Anti-plágio**

Declaramos por nossa honra que o documento intitulado **Arquitetura Securitária para o Atlântico Sul** corresponde ao resultado da investigação por nós desenvolvida enquanto auditores do **CPOG 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Temos consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 7 de março de 2017

CMG ECN Carlos Alberto Lopes Moreira

CMG M Nuno António de Noronha Bragança

COR INF Pedro Manuel Monteiro Sardinha

COR QMB Roberto Miranda Aversa



### **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, o reconhecimento devido ao Sr. Almirante Vieira Matias e ao Sr. Professor Doutor Marques Guedes pela pronta disponibilidade e pelos profundos conhecimentos transmitidos que muito nos ajudaram no trabalho desenvolvido.

Em segundo lugar, uma palavra de apreço, também, para o Major Bretes Amador, docente da Área de Ensino de Estratégia deste Instituto, pela permanente disponibilidade e pelo apoio essencial e incondicional, auxiliando a investigação com relevante material bibliográfico e contribuindo com sólidos conhecimentos acadêmicos e práticos para que este trabalho se tornasse realidade.

A todos bem hajam!



## Índice

Introdução.....	1
1. As ameaças no Atlântico Sul .....	4
1.1. Narcotráfico .....	7
1.2. Terrorismo .....	9
1.3. Pirataria e o roubo armado de navios .....	10
1.4. Síntese conclusiva.....	11
2. Países e organizações regionais no espaço do Atlântico Sul .....	13
2.1. Organizações regionais na América do Sul .....	15
2.1.1. Mercado Comum do Sul .....	15
2.1.2. Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul .....	16
2.1.3. Conselho de Defesa Sul-Americano .....	17
2.1.4. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	18
2.1.5. Cúpula América do Sul-África.....	19
2.1.6. Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul .....	19
2.1.7. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca .....	20
2.2. Organizações regionais em África.....	21
2.2.1. União Africana .....	22
2.2.2. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.....	22
2.2.3. Comunidade Económica dos Estados da África Central.....	23
2.2.4. Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.....	23
2.2.5. Comissão do Golfo da Guiné .....	23
2.2.6. Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné .....	24
2.3. Síntese conclusiva.....	24
Conclusões.....	26
Bibliografia.....	30

## Índice de Apêndices

Apêndice A — Base Conceptual.....	Apd A-1
Apêndice B — Países Envolvidos na Arquitetura Securitária do Atlântico Sul...	Apd B-1



## Índice de Figuras

Figura 1 – Índice de percepção de corrupção 2016 .....	5
Figura 2 – Índice de estados frágeis 2016 .....	6
Figura 3 – O impacto do mercado de drogas ilícitas .....	7
Figura 4 – Rotas do tráfico de cocaína para a Europa .....	8
Figura 5 – Rotas da heroína para a Europa.....	9
Figura 6 – Atos de pirataria 2016 .....	11
Figura 7 - As regiões securitárias .....	13
Figura 8 – Áreas de responsabilidade das Esquadras da Marinha dos EUA.....	14
Figura 9 – Áreas de responsabilidade dos Comandos Estratégicos Americanos .....	15
Figura 10 – Países pertencentes ao MERCOSUL .....	16
Figura 11 – Países pertencentes à ZOPACAS.....	16
Figura 12 – Países pertencentes ao CDS .....	18
Figura 13 – Países pertencentes à CPLP .....	18
Figura 14 – Países pertencentes à ASA .....	19
Figura 15 – Países participantes do IBAS .....	20
Figura 16 – Países participantes do TIAR .....	20
Figura 17 – Organizações económicas em África .....	22
Figura 18 – Golfo da Guiné.....	Apd A-3
Figura 19 – Presença extra regional no Atlântico Sul .....	Apd B-4

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Objetivo geral e objetivos específicos.....	2
Tabela 2 - Questão central, questões derivadas e hipóteses .....	2



## **Resumo**

A importância política, econômica e estratégica do Atlântico Sul tem crescido nos últimos anos, principalmente devido à expansão na produção de recursos energéticos decorrentes da descoberta de novas jazidas na América do Sul e em África. A exploração das vulnerabilidades atualmente existentes, principalmente junto à costa Africana, pode ser um fator potenciador de conflito de interesses da parte de diferentes atores globais de relevo.

O presente trabalho tem por finalidade avaliar a necessidade, ou não, do estabelecimento de uma arquitetura securitária no Atlântico Sul, tendo presente as ameaças crescentes nesta região e considerando as diferenças políticas, econômicas e sociais presentes nos diversos países situados neste espaço.

Partindo da análise dos principais interesses e ameaças existentes no Atlântico Sul motivadores de cooperação abrangente no domínio securitário, o estudo procurou caracterizar o papel das organizações regionais envolvidas na área, na perspectiva de segurança e defesa, tanto na América do Sul como em África.

Por fim, a investigação conclui que, no atual contexto, não se justifica a criação de uma nova estrutura securitária no Atlântico Sul, por já existirem, neste ambiente estratégico, arquiteturas e acordos firmados com esta finalidade, tornando-se necessária a sua consolidação para eliminar, ou minimizar, as possíveis ameaças.

## **Palavras-chave:**

África, América do Sul, Atlântico Sul, Arquitetura Securitária, Cooperação



**Abstract**

*The political, economic and strategic importance of the South Atlantic has increased in recent years, mainly due to the expansion in the production of energy resources, as a result of the discovery of new oil and gas fields on both sides of the Atlantic. The exploitation of the existing vulnerabilities currently, especially along the African coast, can be a factor in the conflict of interests of different global players of relevance.*

*The purpose of this paper is to evaluate the need to establish a security architecture in the South Atlantic, taking into account the growing threats in this region and considering the political, economic and social differences present in the various countries in this region.*

*Based on the analysis of the main interests and threats in the South Atlantic, motivating comprehensive cooperation in the security field, the study sought to characterize the role of regional organizations involved in the area from a defense and security perspective, both in South America and in Africa.*

*Finally, the investigation concludes that, nowadays, there is no justification for the creation of a new security structure in the South Atlantic because, in this strategic environment, there are already architectures and agreements signed for this purpose, making it necessary to consolidate them to eliminate or minimize the threats.*

**Keywords:**

*Africa, South America, South Atlantic, Security Arrangement, Cooperation*



### Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AAPS	– Arquitetura Africana de Paz e Segurança
ABC	– Agência Brasileira de Cooperação
AFRICOM	– <i>United States Africa Command</i>
AQMI	– Al-Qaeda no Magrebe Islâmico
AS	– Atlântico Sul
ASA	– Cúpula América do Sul-África
AU	– <i>African Union</i>
CDA	– Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
CDS	– Conselho de Defesa Sul-Americano
CEDEAO	– Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEA	– Centro de Estudos Estratégicos Africanos
CEEAC	– Comunidade Económica dos Estados da África Central
CGG	– Comissão do Golfo da Guiné
CIA	– <i>Central Intelligence Agency</i>
CIC	– Centro Inter-regional de Coordenação
COPAX	– Conselho para a Paz e a Segurança na África Central
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPOG	– Curso de Promoção a Oficial General
CPSUA	– Comité de Paz e Segurança da União Africana
CRS	– Congressional Research Service
CS	– Conselho de Segurança
ECCAS	– <i>Economic Community of Central African States</i>
ECOWAS	– <i>Economic Community of West African States</i>
EMCDDA	– <i>European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction</i>
EMIA 2050	– Estratégia Marítima Integrada da União Africana 2050
EUA	– Estados Unidos da América
FOGG	– <i>Friends of the Gulf of Guinea</i>
GdG	– Golfo da Guiné
Hip	– Hipótese
IBAS	– Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IMB	– <i>International Maritime Bureau</i>



ICC	– <i>International Chamber of Commerce</i>
IHO	– <i>International Hydrographic Organization</i>
IMO	– <i>International Maritime Organization</i>
IUM	– Instituto Universitário Militar
MD	– Ministério da Defesa (Brasil)
MDN	– Ministério da Defesa Nacional
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
NATO	– <i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NEP	– Normas de Execução Permanente
NU	– Nações Unidas
OE	– Objetivo Específico
OG	– Objetivo Geral
ONU	– Organização das Nações Unidas
OTAS	– Organização do Tratado do Atlântico Sul
OUA	– Organização para a Unidade Africana
PIB	– Produto Interno Bruto
QC	– Questão Central
QD	– Questão Derivada
SADC	– <i>Southern Africa Development Community</i>
SLOC	– <i>Sea Line of Communication</i>
START	– <i>National Consortium for the Study of Terrorism and Responses to Terrorism</i>
TIAR	– Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TIG	– Trabalho de Investigação de Grupo
UA	– União Africana
UN	– <i>United Nations</i>
UNASUL	– União de Nações Sul-Americanas
UNCS	– <i>United Nations Security Council</i>
UNODC	– <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
ZOPACAS	– Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



## Introdução

### Enquadramento e justificação do tema

Conforme refere Couto (2012), o Mundo tem evoluído com uma recuperação do hemisfério sul relativamente ao hemisfério norte. Pese embora uma menor importância do Atlântico Sul (AS) num passado recente, esta situação tem sido alterada em resultado da descoberta de novas e relevantes jazidas de petróleo e gás natural, tanto no continente africano como no sul-americano, passando toda esta região a assumir uma maior importância estratégica, política e económica.

O tema proposto tem sido alvo de inúmeras reflexões que se prendem com a pertinência da necessidade, ou não, do estabelecimento de uma arquitetura securitária neste espaço, tendo presente as ameaças crescentes nesta região.

Países como a Índia, Japão e China importam recursos energéticos do Golfo da Guiné (GdG), onde o petróleo produzido é considerado de qualidade. Além disso, para as potências ocidentais, especialmente para os Estados Unidos da América (EUA), França e Reino Unido, bem como para o Brasil e Portugal, o acesso aos recursos naturais do GdG está livre de estreitos ou áreas instáveis, contrariamente ao petróleo proveniente do norte de África ou do Médio Oriente. Segundo Júnior (2014), “... os estados do GdG importam grande quantidade de produtos industrializados e alimentos dos países desenvolvidos para sustentar o crescimento de uma população superior a 200 milhões de pessoas ...”.

### Objeto do estudo e sua delimitação

No plano estratégico, o AS é considerado como a parte situada a sul do trópico de Câncer e as regiões por ele banhadas (Couto, 2012, p. 241). Atento ao supramencionado, o objeto deste estudo é identificar as dinâmicas securitárias no AS.

São várias as interpretações quanto à delimitação deste espaço. A geográfica<sup>1</sup>, definida pela *International Hydrographic Organization* (IHO), parece-nos limitada quanto à importância do GdG nas dinâmicas securitárias regionais e quanto ao posicionamento dos países lusófonos.

---

<sup>1</sup> Geograficamente definido a Norte pelo Equador, da costa do Brasil ao limite sul do Golfo da Guiné; a Sul pelo continente Antártico; a Oeste pelo limite do rio Prata; a Sudoeste pelo meridiano que passa pelo Cabo *Horn*, da Terra do Fogo ao Continente Antártico, e pela linha materializada pela entrada Este do estreito de Magalhães, entre Cabo *Virgins*; a Noroeste pelos limites do Golfo da Guiné (linha que une Cabo Palmas na Libéria e Cabo Lopez no Gabão); e a Sudeste pelo Cabo Agulhas ao longo do meridiano 20° Este até ao continente Antártico (IHO, 1953).



Neste sentido, Matias (2017) apresenta o AS definido a sul pelo "gargalo de África, para lá de uma linha que fala a nossa língua: de Fortaleza, no Brasil, a Cabo Verde e à Guiné".

Atendendo às áreas estratégicas nesta região, aos indissociáveis interesses político-económicos e aos principais atores no AS, considerámos que este é definido pelo paralelo 16º norte, a oeste pela costa sul-americana, a este pela costa africana e a sul pela Antártida.

### **Objetivos da investigação**

Para a presente investigação, foram definidos o Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE) apresentados na Tabela 1.

**Tabela 1 - Objetivo geral e objetivos específicos**

OG	Verificar a necessidade de se edificar uma estrutura securitária no Atlântico Sul, considerando as ameaças crescentes que se apresentam na região.
OE1	Identificar quais as principais ameaças que existem no Atlântico Sul.
OE2	Caracterizar o papel das organizações regionais do Atlântico Sul com componente de segurança e defesa na região.

**Fonte:** (Autores, 2017)

### **Questões da investigação e hipóteses**

Tendo em consideração o objeto de investigação e os objetivos de estudo, foram formuladas a Questão Central (QC), as Questões Derivadas (QD) e as Hipóteses (Hip), as quais constam da Tabela 2.

**Tabela 2 - Questão Central, Questões Derivadas e Hipóteses**

QC	Em que medida será necessário edificar uma estrutura securitária no Atlântico Sul?
QD1	Quais as principais ameaças que afetam os países do Atlântico Sul que os possam conduzir ao estabelecimento de uma arquitetura securitária na região?
Hip 1	As principais ameaças presentes no Atlântico Sul, são as "ameaças transnacionais", designadamente o tráfico de droga, o terrorismo, a pirataria e o roubo armado a navios.
QD2	Que organizações regionais preveem estratégias no domínio da segurança e defesa para o Atlântico Sul?
Hip 2	Existem várias organizações regionais no Atlântico Sul, mas apenas a ZOPACAS prevê estratégias no domínio da segurança e defesa.

**Fonte:** (Autores, 2017)



### **Breve síntese da metodologia da investigação**

Neste Trabalho de Investigação de Grupo seguimos a orientação metodológica em vigor no Instituto Universitário Militar (IUM) (Santos, et al., 2016) de acordo com o instituído nas Normas de Execução Permanente (NEP) em vigor no IUM, ACA010 (IESM, 2015a) e ACA018 (IESM, 2015b). A investigação baseia-se num raciocínio hipotético-dedutivo, recorrendo a uma estratégia de investigação qualitativa.

O procedimento metodológico foi conduzido em conformidade com o preconizado e desenvolveu-se de acordo com as seguintes fases:

Fase 1 – correspondeu à análise documental e exploratória. Nesta fase foi deduzida a QC, as QD e as Hip, a partir das quais foram desenvolvidas as atividades conducentes à investigação.

Fase 2 – correspondeu à pesquisa bibliográfica, à revisão da literatura e à condução de entrevistas com entidades de reconhecido valor sobre a temática em causa.

Fase 3 – correspondeu ao tratamento da informação recolhida, interpretação dos resultados e respetivas conclusões, que consubstanciam as respostas às QD, com vista a responder à QC.

### **Organização do Estudo**

Este estudo está organizado em dois capítulos, enquadrado por uma introdução e conclusões.

No primeiro capítulo, são identificadas as principais ameaças à segurança e à defesa no AS.

No segundo capítulo, foi realizada uma breve caracterização das principais organizações regionais presentes no AS e analisados os resultados para a garantia da segurança e defesa da região.

Por fim, são retiradas conclusões do trabalho de investigação, respondendo-se à QC. Adicionalmente, são apresentadas recomendações para o prosseguimento de estudos subsequentes.



## 1. As ameaças no Atlântico Sul

Segundo Couto (1988, p. 329) “... a ameaça é qualquer acontecimento que contraria a consecução de um objetivo, sendo, normalmente, causadora de danos materiais e morais”. Contudo, as novas ameaças, assim designadas, “distinguem-se das tradicionais pela natureza desterritorializada, disseminada e individualizada ...” (Nunes, 2004, cit. por Garcia, 2006), pela tendência de não se manifestarem num simples evento ou período de tempo, tendo origem, muitas delas, nos “... novos atores que se manifestam no sistema internacional e que procuram constantemente iludir as autoridades formais, impossibilitando quaisquer negociações ...” (Garcia, 2006).

O AS tem estado afastado de conflitos e tensões graves. No que concerne à América do Sul, não existe a perceção de inimigos reais que representem uma potencial ameaça militar, subsistindo, porém, problemas fronteiriços que constituem ameaças como o contrabando e o narcotráfico os quais não podem ser enquadrados como questões de defesa, mas como de segurança (Lima, 2015, p. 7). Conforme refere Machado (2017), a América do Sul é um continente de paz, a qual é percecionada pela generalidade da população do continente. Daqui resulta que o principal foco das políticas governativas da maioria dos Estados desta região está direcionado para o bem-estar social dos cidadãos, relegando para uma menor prioridade o investimento na defesa.

A título de exemplo, o Brasil faz fronteira terrestre e marítima com dez países com uma dimensão considerável que se irá alargar em breve com a aprovação da sua proposta de extensão da plataforma continental. Assim, assume pragmaticamente, como principal desígnio, a procura da estabilidade desta vasta região, justificando-se, por exemplo, que o Brasil<sup>2</sup> com os recursos atualmente disponíveis na sua estrutura de defesa, se concentre no seu vasto território e, de momento, não avance para uma estrutura securitária mais alargada (Machado, 2017). Conforme refere Matias (2017), o Brasil tem vindo, nos últimos anos, a focar-se mais no seu espaço marítimo, como que descendo do Planalto para a Amazônia Azul.

Do outro lado do Atlântico, a região da costa ocidental africana, segundo Couto (2012), apresenta significativas fraquezas e vulnerabilidades evidenciando estruturas políticas-administrativas pouco desenvolvidas, de baixa eficiência e com níveis de corrupção assinaláveis; os regimes ou são autoritários ou superficialmente democráticos; as

---

<sup>2</sup> As recentes dificuldades do projeto do submarino nuclear (Charleaux, 2017) e a paragem definitiva em 14 de fevereiro de 2017 do seu porta-aviões São Paulo são indicativas de alguns constrangimentos da edificação das capacidades da Marinha do Brasil (Vinholes, 2107).



Forças Armadas encontram-se mais voltadas para a ordem interna do que externa e as fronteiras herdadas do passado<sup>3</sup>, de matriz continental potenciam, entre outros, problemas étnicos, religiosos, linguísticos e, subsequentemente, com pouca capacidade<sup>4</sup> para o desenvolvimento de arquiteturas regionais de segurança. Matias (2017) reforça esta ideia referindo que as ameaças de que todos os dias se fala, como a pirataria, o tráfico de drogas e o terrorismo têm focos epidémicos vários em África e na América do Sul e, sobre as quais, existe em alguns Estados destas regiões um controlo deficiente sobre os seus espaços de soberania, terrestre e marítimos, abertas a um uso danoso. Na Figura 1 podemos identificar os índices de perceção de corrupção relativos às duas margens que confinam com o AS.

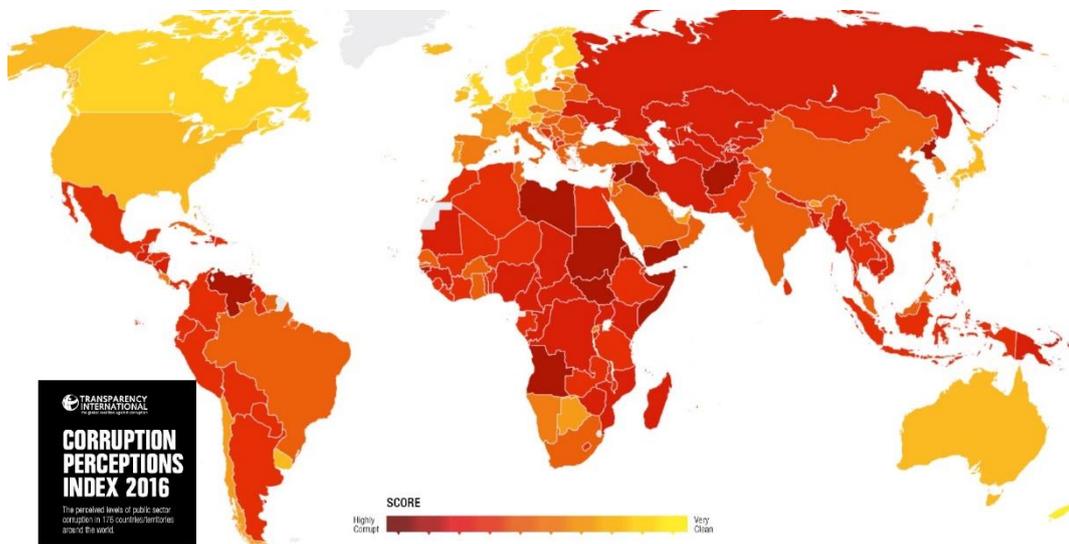


Figura 1 – Índice de perceção de corrupção 2016

**Fonte:** (Transparency International, 2016), adaptado pelos autores

A Resolução 2039 do Conselho de Segurança (2012, p. 1) das Nações Unidas evidencia a preocupação face às ameaças à paz e à estabilidade na África Ocidental,

<sup>3</sup> A definição e a estabilização de fronteiras constituem um processo que só muito tardiamente se estendeu a África e para mais por imposição exógena (Matias, 2017). Foram estabelecidas as fronteiras terrestres mas não no mar. Esta situação ganha uma dimensão mais relevante com a descoberta de recursos como o petróleo e o gás natural (Costa & Félix, 2016). Por exemplo, Angola está em litígio com a RDC em relação às plataformas continentais.

<sup>4</sup> Segundo Veríssimo (2016), a Comissão do Golfo da Guiné, desde que nasceu até agora, mantém-se embrionária, atenta à dificuldade de encontrar uma liderança conjunta forte para envolver os países da região de forma agregadora do ponto vista político, económico e securitário. Citando Veríssimo (2016, p. 74), “... Penso que um país só não irá conseguir, temos muita inveja, como se diz na rua, aqueles fulanos estão armados em que eles é que mandam. ...”.



colocadas pelo crime organizado transnacional<sup>5</sup>, incluindo a pirataria e o tráfico ilícito de drogas.

Segundo Pavia (2016, p. 12), os Estados identificados como frágeis<sup>6</sup>, caracterizados como incapazes de satisfazer as suas necessidades de segurança, justiça e bem-estar das suas populações tornam-se, por maioria de razão, porto seguro para grupos ligados ao crime transnacional. A Figura 2 identifica o ponto situação de estados frágeis na região do AS.

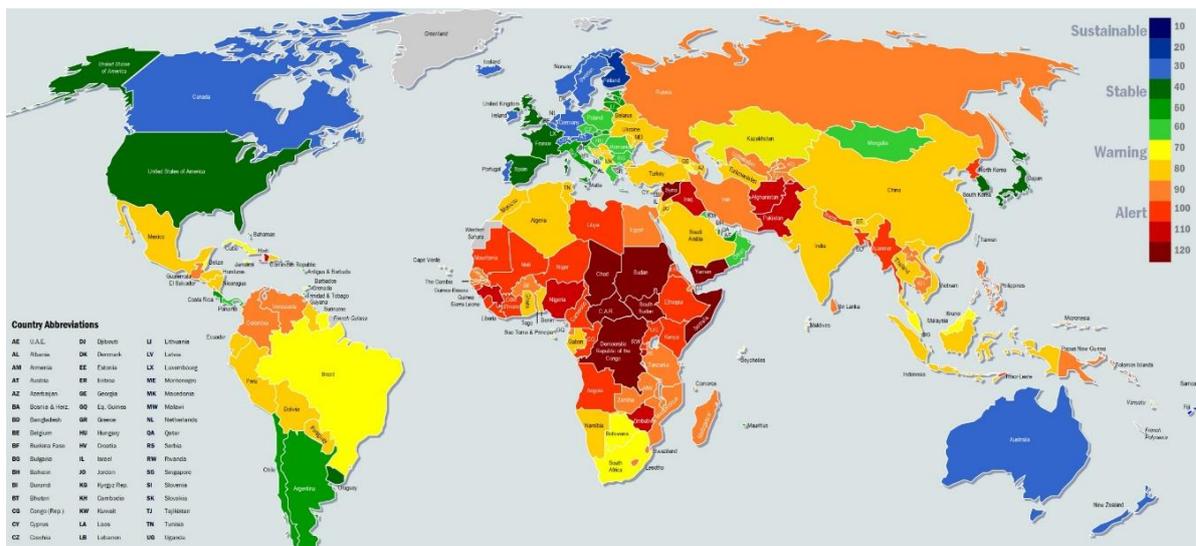


Figura 2 – Índice de estados frágeis 2016

Fonte: (Fund for Peace, 2017)

Conforme o relatório da *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNDOC) (2015), a natureza transnacional do crime organizado significa que as ligações criminosas criam laços através das fronteiras, superando as diferenças culturais e linguísticas com grande capacidade de adaptação e mobilidade e são mantidas através de relações flexíveis e sofisticadas entre redes criminosas a nível global. Neste contexto e no mundo em rede de hoje, as abordagens nacionais isoladas para combater o crime não são suficientes, evidenciando a necessidade de imperar uma liderança e vontade política de forma a agir de modo coeso e integrado com poderes comuns coerentes e integrados. Uma das questões relevantes é a percepção, de forma divergente, destas novas ameaças entre os diferentes

<sup>5</sup> “a) Qualquer atividade transnacional (incluindo, entre outros, o terrorismo internacional, o tráfico de droga e o crime organizado) que ameace a segurança nacional (...); b) qualquer indivíduo ou grupo que intervenha em atividades referidas no parágrafo anterior (CRS, 2001).

<sup>6</sup> Como refere Veríssimo (2016), há fragilidades a nível nacional dos vários países como há fragilidades a nível da região. Este é um problema. Os países africanos não confiam uns nos outros. É dos maiores problemas que nós temos.



atores do AS, para os quais importa encontrar alguma unidade ou quadro comum em que todos se reconheçam. No entanto, como refere Guedes (2012, p. 51) raramente as alianças militares se materializam na ausência de grandes guerras ou ameaças das mesmas.

De seguida serão caracterizadas as principais ameaças no AS.

### 1.1. Narcotráfico

Os lucros associados ao tráfico de drogas são uma motivação significativa para grupos não estatais armados, incluindo organizações terroristas, para se envolverem ou facilitarem o tráfico de droga. Em vários países, os recursos gerados em mercados ilícitos como o da droga têm desempenhado um papel na complexidade e continuidade dos conflitos armados, aumentando, frequentemente, a sua letalidade. Em geral, o tráfico de drogas floresce onde a presença do Estado é fraca e o garante dos serviços básicos como a lei, ordem e defesa é quase inexistente e onde as oportunidades para a corrupção existem (EMCDDA, 2016).

Como é referido pela UNDOC (2016), o lucro é gerado em toda a cadeia de produção e distribuição de droga, mas é na fase final que este tende a ser mais elevado. A Figura 3 apresenta, de forma gráfica, o impacto do mercado de drogas ilícitas.



Figura 3 – O impacto do mercado de drogas ilícitas

Fonte: (EMCDDA, 2016), adaptado pelos autores

O principal país de origem ou partida para as transferências de cocaína para a Europa continua a ser a Colômbia, seguido do Peru e da Bolívia. Os países de origem mais citados para o embarque de cocaína, no período de 2009 a 2014, foram o Brasil, seguidos pela Colômbia, Equador, República Dominicana, Argentina e Costa Rica. O tráfico de cocaína



via África tem ganho importância, identificando-se a África Ocidental como zona de trânsito. No período de dezembro de 2014 a março de 2016, pelo menos 22 toneladas de cocaína foram apreendidas no caminho da América do Sul para a Europa através da África Ocidental (UNDOC, 2016).

A maior parte dos carregamentos de cocaína em trânsito na região deixam África por ar, sendo o país africano mais referenciado como local de partida das transferências de cocaína a Nigéria, seguida pelo Gana, Mali e Guiné Conacri.

Nos últimos anos, dos carregamentos de cocaína que cruzaram a Nigéria para outros destinos africanos, 50 a 70% deixaram o país por via aérea, 20% saíram por estradas que levam a países vizinhos e 5% realizaram-no por via marítima. A Figura 4 relewa a região da África Ocidental como um *hub* dos fluxos do tráfico da cocaína nomeadamente para a Europa (EMCDDA, 2016).

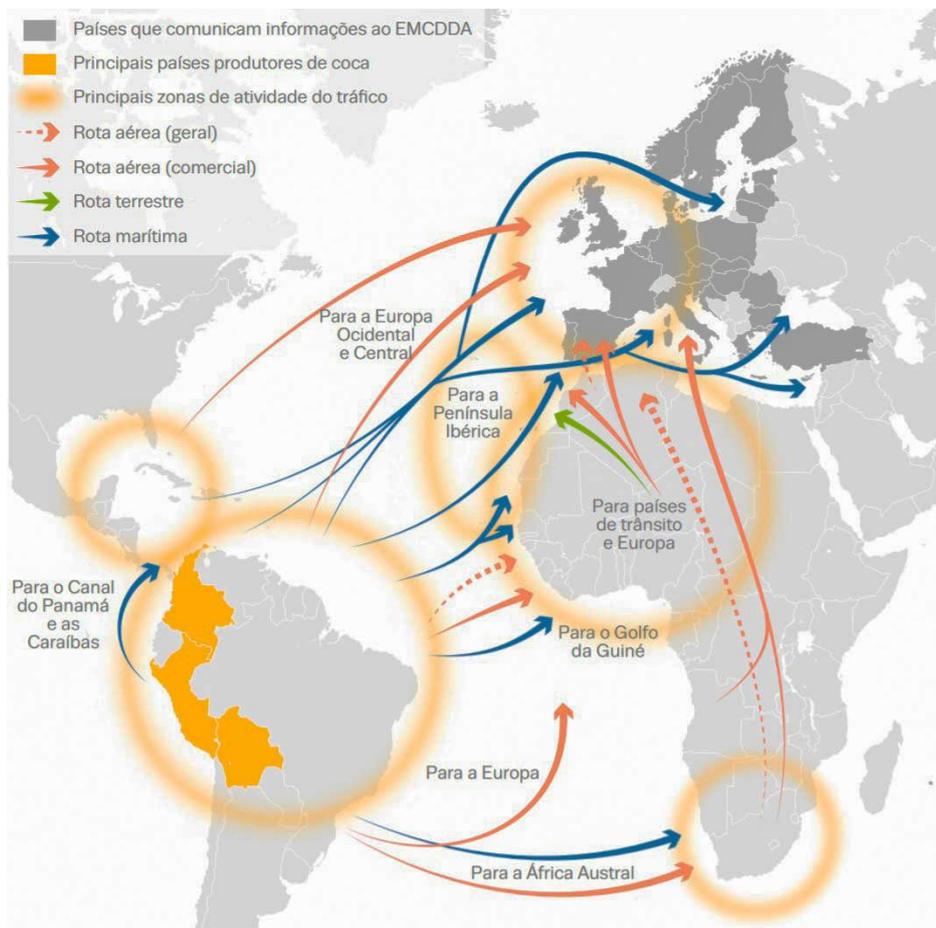


Figura 4 – Rotas do tráfico de cocaína para a Europa

Fonte: (EMCDDA, 2016)

No que concerne ao tráfico de heroína, sem impacte direto evidente entre as duas margens do AS, os dados do relatório da EMCDDA (2016, p. 21) reportam uma



preocupação crescente com a rota meridional, ao longo da qual a heroína é inicialmente traficada por mar, do Irão e do Paquistão, para a Península Arábica e a África Oriental, de onde segue para outras regiões de África ou diretamente para a Europa. Releva-se ainda deste relatório a possibilidade assinalada dos lucros desta atividade serem alegadamente utilizados para financiar grupos armados, não sendo de descartar as possíveis ligações a organizações terroristas do Médio Oriente e da Península Arábica. Como pontos de trânsito importantes no continente africano assinalam-se a Tanzânia, a África do Sul e a Nigéria, sendo elevada a probabilidade de os grupos de criminalidade organizada da África Ocidental e Oriental trabalharem diretamente com grupos criminosos paquistaneses. O combate ao tráfico na rota meridional é difícil em termos operacionais, e do ponto de vista estratégico uma expansão do tráfico de heroína vai agravar os problemas com que a África está confrontada (idem, 2016). A Figura 5 sinaliza a região da África Ocidental como um dos *hubs* do fluxo do tráfico de heroína nomeadamente para a Europa e EUA.

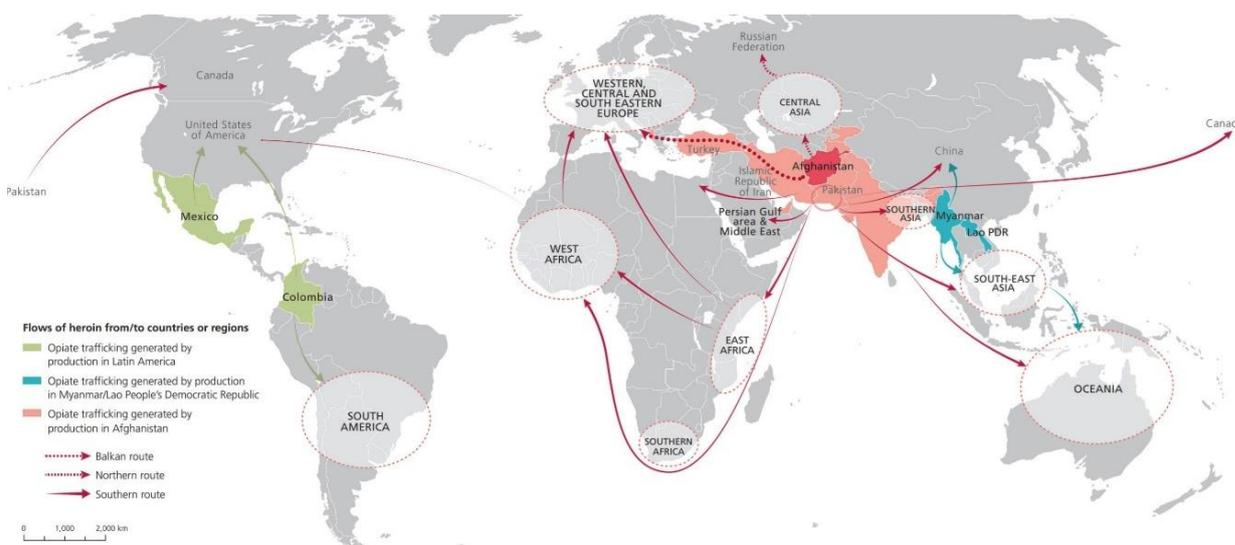


Figura 5 – Rotas da heroína para a Europa

Fonte: (UNDOC, 2016)

## 1.2. Terrorismo

O incremento do comércio de droga no continente africano tende a aumentar o âmbito das ameaças à segurança internacional com grupos como o *Hezbollah* e a *Al Qaeda do Magreb* islâmico a envolverem-se no narcotráfico (O'Regan, 2012), associando os ganhos à compra de armamento sofisticado que inundou o mercado paralelo em África em resultado do movimento da primavera árabe, designadamente na Líbia.

Na região do GdG, a Nigéria apresenta-se como o caso de ameaça terrorista mais significativo com o grupo *Boko Haram* (US Department of State, 2017). Segundo Pavia



(2016) as ações de terror levadas a cabo por esta organização contra vítimas inocentes e as ofensivas nos países vizinhos, como os Camarões (International Crisis Group, 2016), o Chade ou Níger agravam a insegurança em toda a região. As organizações regionais, nomeadamente a *Economic Community of West African States* (ECOWAS), têm feito um esforço de coordenação com a Organização das Nações Unidas (ONU) no sentido de implementar as resoluções sobre o combate ao terrorismo nomeadamente ao *Boko Haram* (UN, 2017). Contudo, conforme refere Veríssimo (2016), na região o *Boko Haram* é uma questão que respeita a segurança interna da Nigéria.

No outro lado do Atlântico, conforme refere Machado (2017), a ameaça terrorista, embora presente, é vista como distante, considerando que a probabilidade das organizações em causa desviarem recursos para infligir ações específicas no continente sul-americano é de risco baixo. Contudo, neste contexto, surge como preocupação a situação da vizinha Colômbia e os fenómenos associados a uma longa guerra interna de narcotráfico e terrorismo. O processo de paz a decorrer neste país pode colocar no mercado paralelo armamento potencialmente disponível para atividades ilícitas que podem rapidamente penetrar pela porosidade dos longos espaços fronteiriços.

### **1.3. Pirataria e o roubo armado de navios**

Os desafios em matéria de segurança marítima na região, com especial incidência no Golfo da Guiné, são muito significativos e, conforme atrás referido, salientado pelo Conselho de Segurança da ONU nas Resoluções 2018 (UNSC, 2011) e 2039 (UNSC, 2012) e na Estratégia Marítima Integrada de África 2050 (AU, 2012). Com efeito, a ameaça da pirataria<sup>7</sup> ou roubo à mão armada quando perpetrado nas águas territoriais de um Estado e do roubo do petróleo (*bunkering*) continua a evidenciar-se nesta região. Em 14 de agosto de 2013, o Conselho de Segurança apelou a uma abordagem regional abrangente (*comprehensive approach*) para combater a pirataria no GdG, tendo presente que as preocupações da comunidade internacional aumentaram com a escalada da violência dos ataques (Pavia, 2015, p. 161).

De acordo com o *International Maritime Bureau* (IMB) (2016), são identificados dois *hotspots* no AS durante o ano de 2016. Um ao longo da costa norte da América do Sul e mar das Caraíbas e o segundo, o mais relevante, no GdG, com 34 tripulantes sequestrados em nove incidentes separados. Neste período, constatou-se um aumento

---

<sup>7</sup> A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar define a pirataria, a qual consta da Base Conceptual incluída no Apêndice A.



significativo nos ataques registados, com 36 incidentes em 2016 em comparação com os 14 registados em 2015. Estes incluíram nove dos doze navios atacados em todo o mundo em 2016. Alguns destes ataques registarem-se a cerca de 100 milhas náuticas da costa.

Considera-se, pelas capacidades já existentes na região da América de Sul, que a ameaça da pirataria irá manter, nesta região, valores pouco significativos (Xavier de la Gorce, 2012) mesmo com o potencial aumento do tráfego marítimo na área em resultado do recente alargamento do Canal do Panamá.



Figura 6 – Atos de pirataria 2016

Fonte: (IMB, 2016)

Conforme refere Veríssimo (2016), um dos problemas do continente africano é a inoperância das organizações, prevalecendo a eficácia das relações ou acordos bilaterais. Quando houve uma escalada da pirataria na região do *Benin*, que conduziu à perda de cerca de 70% das suas receitas, foi um acordo deste Estado com a Nigéria que permitiu ultrapassar a situação. Contudo, reforça que os problemas que existirem relativamente à segurança marítima têm que ser tratados por africanos, dando um sinal claro da relutância perante a ingerência direta de entidades exógenas no processo.

#### 1.4. Síntese conclusiva

Os desafios em matéria de segurança na região do AS têm o seu principal foco nas novas ameaças designadas de transnacionais, nomeadamente a pirataria e o roubo armado no mar, o tráfico ilícito de drogas e o terrorismo. Estas ameaças sofreram um incremento durante o último ano, com particular incidência na região da África Ocidental. Contudo, a perceção da ameaça para os dois lados do AS não se desenvolve num mesmo quadro e, nesse sentido, não consubstancia um idêntico nível de prioridade.



Neste contexto, consideramos que se confirma a Hip 1 - As “ameaças transnacionais”, principalmente o tráfico de drogas, a atividade terrorista, a pirataria e o roubo armado a navios estão presentes no AS.

Tendo presente que para se alcançar uma coordenação e cooperação eficaz e eficiente no relacionamento entre organizações regionais ou entre estados, um dos elementos a considerar é a correta identificação dos interesses respetivos e que os mesmos sejam percecionados como comuns pelos decisores políticos. Como releva Matias (2017), a segurança do AS continua a enfermar de grandes vazios e o seu preenchimento devia ser feito, a partir da orientação da ONU com países, alianças e organizações marcantes desta região nomeadamente como a União Africana (UA) e o Brasil.

Assim, o quadro de ameaças identificado representa riscos e desafios que de forma isolada, ou em coligações *ad-hoc*, dificilmente serão ultrapassados. Neste sentido, considera-se que só uma ação integrada liderada por uma entidade supra regional, aglutinando vontades, pode dar resposta aos desafios colocados.

Vamos no próximo capítulo abordar as organizações regionais com atuação na área da segurança e defesa nos dois lados do AS.



## 2. Países e organizações regionais no espaço do Atlântico Sul

Segundo Guedes (2017), o AS tem quatro regiões securitárias com características próprias e distintas. Duas horizontais, sendo a primeira a norte, formada por um retângulo constituído pelas Caraíbas, Mauritânia, GdG e o Trópico de Câncer, ou seja, desde o fim da área de responsabilidade da OTAN até área de jurisdição do Brasil, em que se verifica o tráfico de armamento e o narcotráfico. A segunda região, horizontal também, entre o paralelo das Malvinas e a Antártida, abrangendo a República da África do Sul, em que se verifica um elevado tráfego marítimo e é caracterizada pelas riquezas existentes que vão desde os hidrocarbonetos à biomassa (*krill*<sup>8</sup>).



Figura 7 - As regiões securitárias

Fonte: (Guedes, 2017) adaptado pelos autores

Existem outras duas regiões, verticais, unindo as duas regiões horizontais acima referidas, ligando o Norte ao Sul: uma ocidental, que inclui a costa sul-americana desde Cuba, passando pela Venezuela, Brasil, Uruguai, Argentina e Chile, a qual é caracterizada, também pelo narcotráfico. A outra região vertical, a oriente, estende-se pela costa africana, desde a República da África do Sul, Angola, Nigéria até Marrocos<sup>9</sup>. Esta região é

<sup>8</sup> O *krill* é uma espécie de zooplâncton, semelhantes aos camarões e faz parte da base da cadeia alimentar global marinha (FCiência, 2013).

<sup>9</sup> Para (Guedes, 2017), o Atlântico Sul é a parte do Atlântico que fica a sul da área de responsabilidade da OTAN.



caracterizada por ser disfuncional e ter grandes estados que são irrelevantes (estados falhados), fruto da sua grande fragilidade económica e social, potenciadoras da criação de criminalidade organizada e terrorismo *jihadista*, decorrentes de grandes zonas, principalmente marítimas, insuficientemente fiscalizadas, vigiadas e controladas.

Resta apenas a zona central, que Guedes (2017) designa por espinha dorsal exígua em termos de recursos. Esta zona tem uma faixa de pequenas ilhas e arquipélagos, sobre soberania inglesa, caracterizadas no Apêndice B e que assumem um valor geoestratégico com relevância para os seus interesses na área e para a segurança das importantes *Sea Line of Communication* (SLOC) que atravessam esta região.

Ao nível da arquitetura securitária, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) tem uma importância reduzida, podendo a sua atuação ser considerada incipiente. No entanto, segundo Guedes (2017), a segurança deste espaço é garantida pelos EUA, através do seu Comando Africano (AFRICOM<sup>10</sup>), para além das esquadras navais (a quarta e a sexta).

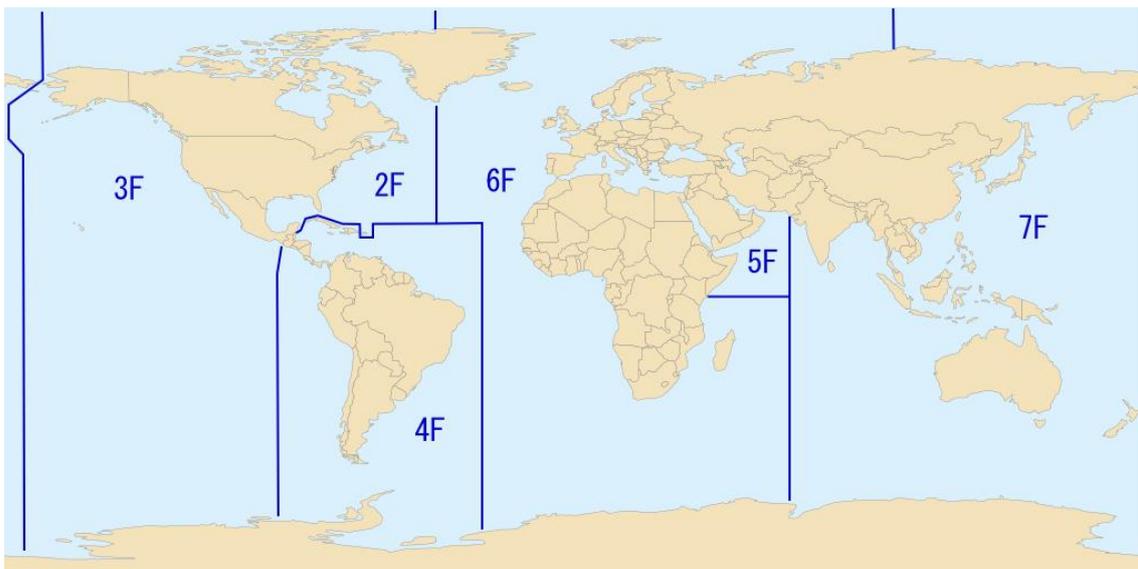


Figura 8 – Áreas de responsabilidade das Esquadras da Marinha dos EUA

**Fonte:** (MAPPORN, 2016)

<sup>10</sup> Acrónimo em inglês de *Africa Command* (AFRICOM). Criada em 2008, tem como objetivo controlar a costa africana, em contraponto ao Comando Austral (*Southern Command*) que controla a costa sul-americana atlântica (Guedes, 2017).

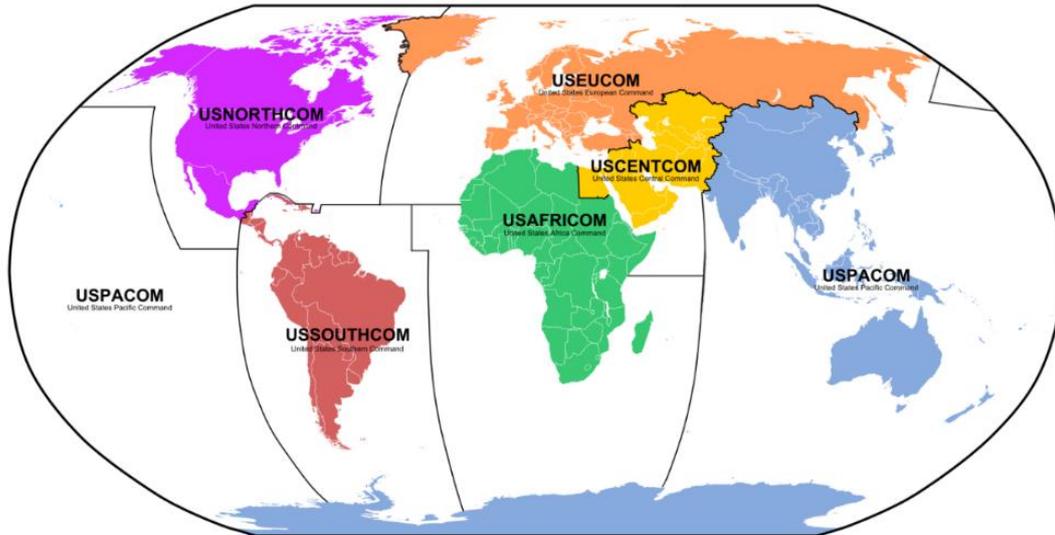


Figura 9 – Áreas de responsabilidade dos Comandos Estratégicos Americanos

**Fonte:** (U.S. Naval Forces Europe-Africa / U.S. 6th Fleet, 2017)

Os países sul-americanos e africanos de maior relevância estão descritos no Apêndice B, passando-se em seguida a uma breve caracterização das organizações regionais presentes nesta região.

### 2.1. Organizações regionais na América do Sul

Este subcapítulo apresenta as principais organizações regionais e inter-regionais existentes na América do Sul, com a finalidade de apontar os respectivos países participantes e os objetivos dos *fora* multilaterais.

A primeira tentativa de formação de um bloco de segurança regional integrada no AS ocorreu na década de 80, por iniciativa da Argentina e da África do Sul, apoiados pelos EUA. Chamava-se Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), que não logrou êxito, principalmente pela oposição desenvolvida pelo Brasil e pelos países africanos. (Rucks, 2014, p. 152)

#### 2.1.1. Mercado Comum do Sul

A finalidade primordial do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em 1991, é a integração dos Estados Membros “...por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma tarifa externa comum, da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.” (MERCOSUL, 2017)

Atualmente, todos os países sul-americanos pertencem ao MERCOSUL, seja como Estado Membro (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – atualmente suspensa) ou como Associado (Bolívia – em processo de adesão como Estado Membro –, Chile,



Peru, Colômbia, Equador, Guiana e Suriname).

Por possuir um cariz económico, os assuntos de segurança e defesa não têm sido objeto de discussão neste fórum multilateral sul-americano.



**Figura 10 – Países pertencentes ao MERCOSUL**

**Fonte:** Autores (2017)

#### 2.1.2. Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul

A ZOPACAS foi criada em 1986 pela ONU, por iniciativa do Brasil, com o intuito de evitar a introdução de armamento nuclear e outro de destruição maciça no AS, bem como aproveitar o potencial socioeconómico da região, por meio do multilateralismo (MD, 2017). Trata-se da única organização que trata do tema defesa e que abrange os países ribeirinhos do Atlântico Sul situados na América do Sul e em África.



**Figura 11 – Países pertencentes à ZOPACAS**

**Fonte:** Defesanet (2013)



A organização é formada por 24 países, sendo três pertencentes à América do Sul e vinte e um ao continente africano: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

De acordo com Almeida (2012), como a ZOPACAS foi criada no âmbito da Guerra Fria, tudo indicava que, com o fim das hostilidades, a organização acabasse por esmorecer, o que efetivamente ocorreu. Contudo, o aumento do fluxo marítimo na região e o incremento da pirataria no GdG levaram a que a organização fosse reativada e desenvolvesse relações com outras do género em África.

Ocorrida em janeiro de 2013 no Uruguai, a VII Reunião Ministerial da organização teve como maior objetivo a revitalização da ZOPACAS.

Para fortalecer a iniciativa, dotando-a de maior institucionalidade, foi criado um Grupo de Contato que “...acompanhará a implementação das decisões acordadas em Montevideu e se coordenará sobre temas relevantes para a zona de paz e cooperação.” (MRE, 2017b)

Em verdade, como afirma Guerra (2010), devido às poucas iniciativas práticas, a ZOPACAS aparece mais como um fomentador de acordos e disseminador da ideia de cooperação do que um espaço para ação conjunta.

### 2.1.3. Conselho de Defesa Sul-Americano

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) é constituído pelos 12 países sul-americanos que formam a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e foi criado em 2008. Fazem parte do CDS as seguintes nações: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela.

De acordo com o Ministério da Defesa (2017), “O CDS tem o objetivo de consolidar a América do Sul como uma zona de paz, criando condições para a estabilidade política e o desenvolvimento económico-social; bem como construir uma identidade de defesa sul-americana, gerando consensos que contribuam para fortalecer a cooperação no continente”.



Figura 12 – Países pertencentes ao CDS

Fonte: Autores (2017)

#### 2.1.4. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, tem como Estados Membros nove países que falam a língua portuguesa, além de outros associados. Formam a comunidade: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, sendo que seis deles estão situados no AS.



Figura 13 – Países pertencentes à CPLP

Fonte: Autores (2017)

A CPLP representa um foro multilateral criado para o aprofundamento da amizade

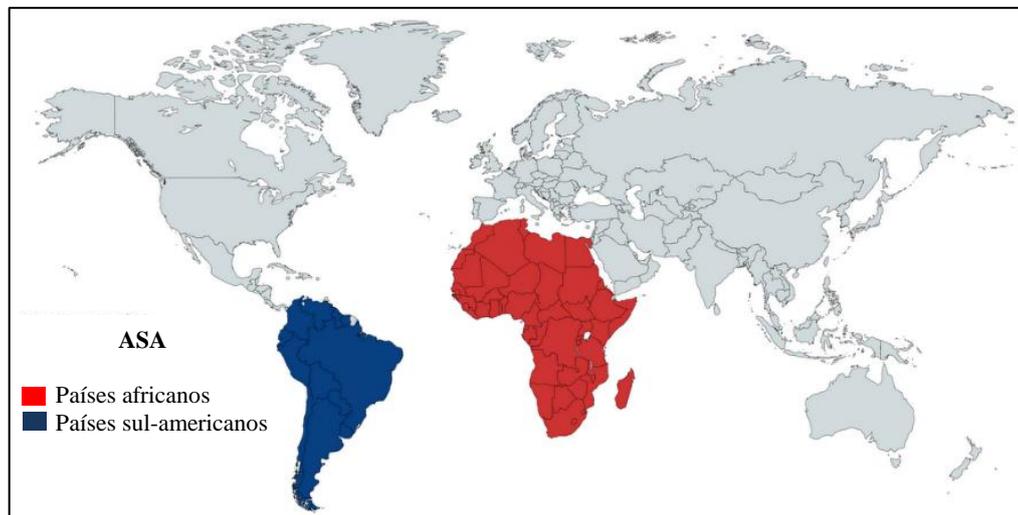


mútua e da cooperação entre os seus membros. Dentre seus objetivos gerais destacam-se a “...concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional e a cooperação em todos os domínios.”, inclusive os da defesa (CPLP, 2017).

#### 2.1.5. Cúpula América do Sul-África

A Cúpula América do Sul-África (ASA) “...surgiu em 2006 do desejo e do interesse das duas regiões em construir novos paradigmas para a cooperação Sul-Sul, baseados numa ordem mais multipolar e democrática” (MRE, 2017a).

Integram a organização 66 países dos dois continentes, dos quais 12 sul-americanos e 54 africanos. Todos os membros de outros *fora* multilaterais, como o MERCOSUL, a ZOPACAS e o CDS, pertencem à ASA.



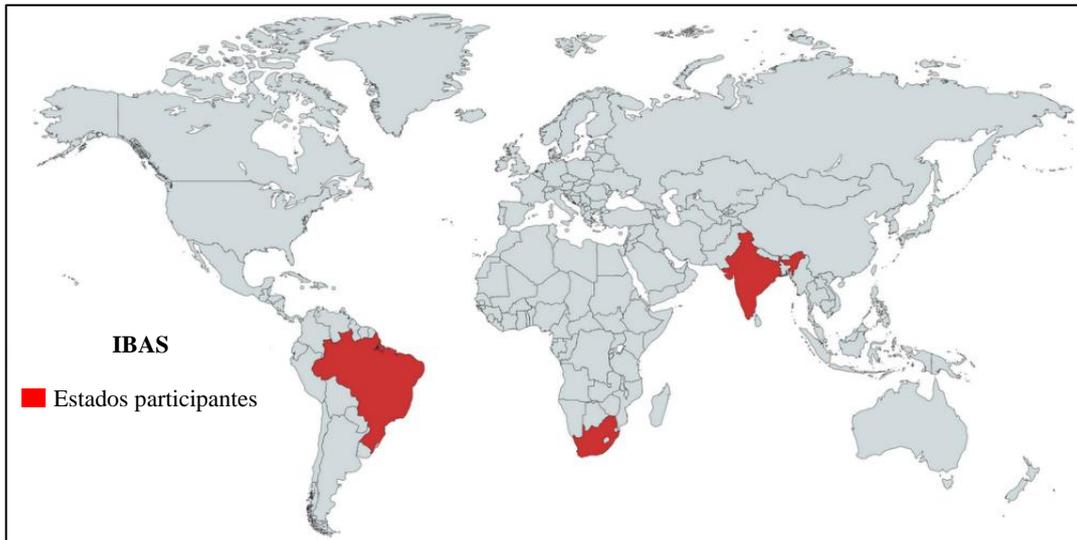
**Figura 14 – Países pertencentes à ASA**

**Fonte:** Autores (2017)

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2017a), a ASA representa a importância crescente atribuída à África e colabora para fortalecer a identidade da América do Sul, que se apresenta e dialoga com outra região de maneira integrada, através de um “...processo de cooperação Sul-Sul entre países que compartilham problemas e desafios comuns”.

#### 2.1.6. Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

De acordo com o Ministério da Defesa brasileiro (2017), o Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) foi fundado em 2003, como um instrumento de coordenação entre os três países emergentes, em diferentes áreas, entre as quais a Defesa.



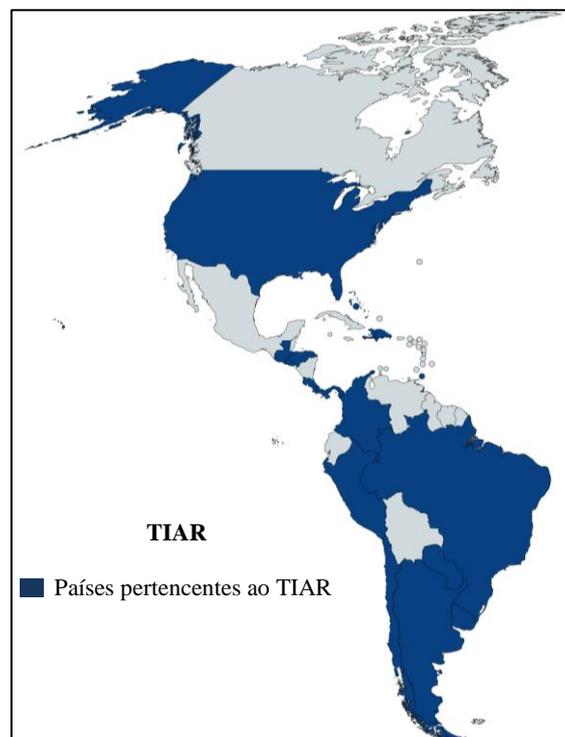
**Figura 15 – Países participantes do IBAS**

**Fonte:** Autores (2017)

As relações entre os dois países do AS têm sido pautadas por projetos conjuntos de proteção do Atlântico e no desenvolvimento de equipamentos militares de ponta.

#### 2.1.7. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) foi assinado no Rio de Janeiro, em 1947, e atualmente é composto por 17 países das três Américas.



**Figura 16 – Países participantes do TIAR**

**Fonte:** Autores (2017)



O TIAR estabelecia que “...um ataque armado por qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos. O tratado procurava dar um formato permanente às afirmações de solidariedade hemisférica estabelecidas em encontros interamericanos anteriores.” (FGV, 2017).

Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2017), o TIAR, desde sua fundação, servia mais como um meio para articulação político-militar dos EUA no continente, em detrimento de funcionar como um tratado de defesa hemisférica. Porém as nações latino-americanas procuravam apoio americano para estruturação e capacitação de suas Forças Armadas.

A credibilidade do TIAR foi posta em causa com o apoio dos EUA ao Reino Unido na Guerra das Malvinas, em 1982. Segundo Abdul-Hak (2013), “...a invocação do instrumento em 2001 pelo Brasil, após os atentados terroristas nos EUA, não produziu efeitos práticos e foi a última vez em que o Tratado foi acionado.”

## **2.2. Organizações regionais em África**

Este subcapítulo faz uma caracterização das principais organizações regionais e sub-regionais, apontando os seus objetivos e outros *fora* relacionados com a segurança nesta zona do Atlântico.

Como afirmou o Professor Adriano Moreira, “não parece possível uma paz segura do AS, sem um entendimento das soberanias ribeirinhas” (Moreira, cit. por Ramalho, 2009, p. 267). Em consonância com esta afirmação, entendemos fazer uma breve análise aos países africanos banhados pelo Atlântico (Apêndice B) e dar um especial enfoque à região do Golfo da Guiné.

De seguida, serão apresentadas as principais organizações e alianças africanas nas quais estão incluídos os países que confinam com o AS.

Refira-se, ainda, a existência de outros *fora* que reúnem vários países sobre as mesmas questões.

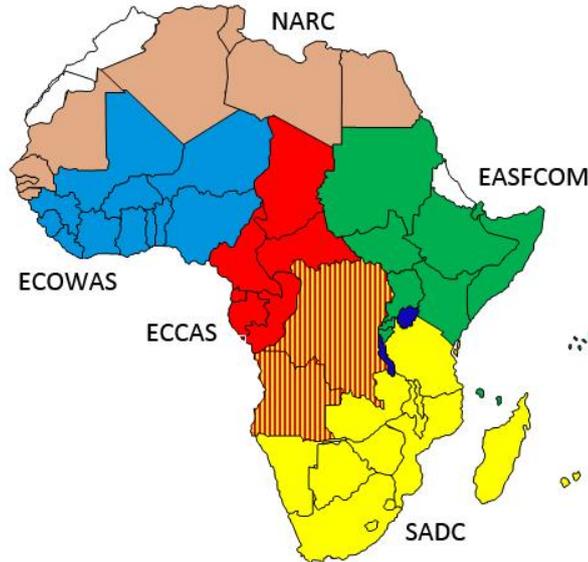


Figura 17 – Organizações económicas em África

Fonte: (Thielemans, 2014)

### 2.2.1. União Africana

Em África podemos identificar uma organização de cúpula, a nível político, que engloba a totalidade dos países africanos<sup>11</sup>. Trata-se da UA, sucessora da Organização da Unidade Africana (OUA), que tem como objetivos a solidariedade e unidade africana, defendendo a soberania dos estados africanos e a sua integração económica, rejeitando o colonialismo (UA, 2016).

Da sua estrutura faz parte o Comité de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA), que é o órgão permanente da UA para a prevenção, gestão e resolução de conflitos. É um elemento-chave da Arquitetura Africana de Paz e Segurança, que é o conceito abrangente para os principais mecanismos da UA para a promoção da paz, segurança e estabilidade em África. Foi criado no sentido de agir perante atos graves dos seus Estados-membros, designadamente crimes contra a humanidade, crimes de guerra e genocídios. É composto por 15 membros, dos quais dez são eleitos por dois anos e cinco por três anos (CSNU & CPSUA, 2011).

### 2.2.2. Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental<sup>12</sup> (CEDEAO) engloba 15 países africanos ocidentais.

<sup>11</sup> Marrocos abandonou a antecessora OUA em 1984, em virtude do Sahara Ocidental ter sido admitido como membro, no entanto em janeiro de 2017 foi admitido como 55º membro (DN, 2017). Refira-se, também, que a República Centro Africana foi suspensa em 2013 de todas as atividades, após o derrube do poder pelos rebeldes Séléka (JN, 2013).

<sup>12</sup> Em inglês: *Economic Community of West African States* (ECOWAS).



Foi estabelecida com a finalidade de promover a cooperação económica e a integração regional, como instrumento para um desenvolvimento rápido e sustentado da economia da África Ocidental. Prevê uma vertente marítima que deu origem, em 2012, a uma estratégia denominada "Estratégia Marítima Integrada de 2050 para África"<sup>13</sup> que consiste em planos abrangentes, concertados e coerentes de longo prazo, para atingir os objetivos da UA de melhorar a viabilidade marítima para uma África próspera (UA, 2012, p. 11).

### 2.2.3. Comunidade Económica dos Estados da África Central

A Comunidade Económica dos Estados da África Central<sup>14</sup> (CEEAC) foi criada para promover a cooperação e o intercâmbio comercial entre os seus 10 membros (CEEAC, 2014).

Adotou, desde 2007, um plano de integração estratégica e uma visão para 2025, para tornar a região uma zona de paz, solidariedade, desenvolvimento equilibrado e livre circulação de pessoas, bens e serviços (ibidem).

Tendo em vista a promoção, manutenção e consolidação da paz e da segurança na África Central, foi criado o Conselho para a Paz e a Segurança na África Central (COPAX) (ibidem).

### 2.2.4. Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral<sup>15</sup> (CDAA) engloba 15 países do sul da África.

Criada em 1992, tem como missão fornecer conhecimentos estratégicos e coordenar a harmonização das políticas e estratégias para acelerar a integração regional e o desenvolvimento sustentável, bem como a cooperação em matérias de política e segurança, dos países da África Austral (SADC, 2012).

Para além das organizações referidas, existem outros *fora* regionais com impacto na zona em estudo e das quais salientamos as seguintes:

### 2.2.5. Comissão do Golfo da Guiné

A Comissão do Golfo da Guiné (CGG) nasceu do Tratado de Libreville, em 2001, assinado por Angola, Congo, Gabão, Nigéria e São Tomé e Príncipe, como resposta à

---

<sup>13</sup> Em inglês: *2050 Africa's Integrated Maritime Strategy (2050 AIM Strategy)*.

<sup>14</sup> Em inglês: *Economic Community of Central African States (ECCAS)*.

<sup>15</sup> Em inglês: *Southern Africa Development Community (SADC)*.



necessidade de combater o aumento da pirataria por parte dos países produtores de petróleo.

Constituiu-se como um instrumento de cooperação permanente dos estados da costa do GdG, com o objetivo da defesa comum de seus interesses e a promoção da paz e do desenvolvimento socioeconómico. Os Camarões e a República Democrática do Congo aderiram à CGG em 2008, e permanece a abertura a outros países ribeirinhos do Golfo da Guiné, tendo como objetivo último a criação de uma Zona de Paz e Segurança na região.

Os Chefes de Estado e de Governo dos Estados da África Central e da África Ocidental, reunidos em 2013, criaram o Código de Yaoundé para desenvolver medidas para a prevenção e repressão da pirataria, roubo e atividades ilegais marítimas na África Central.

Decorrente desta Cimeira, foi criado o Centro Inter-regional de Coordenação (CIC), localizado em Douala (Camarões) que é o órgão responsável por melhorar as atividades relativas à cooperação, coordenação e interoperabilidade de sistemas, bem como a implementação da estratégia regional para a segurança (*security e safety*) dentro deste espaço marítimo comum (CIC, 2016).

#### 2.2.6. Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné

O Grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné<sup>16</sup> é constituído pelos sete países mais ricos do Mundo, o G7, por um conjunto de outros países europeus, asiáticos e americanos<sup>17</sup> e pelos 14 países que fazem parte da grande região do GdG (Observatório da Língua Portuguesa, 2015).

Este grupo visa a cooperação para garantir a segurança marítima, a estabilidade e a liberdade de navegação nesta zona africana, onde ocorre pirataria marítima (*ibidem*).

### 2.3. Síntese conclusiva

Na América do Sul, as ações práticas e o grau de atuação desenvolvidos pelas organizações regionais e inter-regionais atuantes na área ainda são modestos, talvez justificado pela reduzida quantidade de ameaças atualmente existentes na região que se possam agravar a curto prazo.

Para que a influência geopolítica dos países da América do Sul aumente, particularmente a do Brasil, o reforço dos *fora* multilaterais já presentes, como a

---

<sup>16</sup> Em inglês: *G7 Friends of the Gulf of Guinea Group (G7++FOGG)*.

<sup>17</sup> Alemanha, Canadá, Estados Unidos, Itália, Japão, Reino Unido, França, Bélgica, Brasil (observador), Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suíça, União Europeia, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e Interpol.



ZOPACAS e o CDS, são essenciais para que os rumos geopolíticos do Atlântico Sul tenham o correto direcionamento.

As arquiteturas securitárias e os acordos existentes, mesmo que aperfeiçoados, não eliminarão a possibilidade de um incremento em matéria de defesa no Atlântico Sul, contudo a sua consolidação minimizará possíveis ameaças, particularmente num contexto no qual países emergentes como China e a Índia poderão vir a disputar zonas de influência com os EUA.

Por sua vez, em África, há vontade política, mas existe uma falta de concretização das intenções, fruto muito da cultura africana de ligação à terra, em detrimento do mar que é relegado para segundo plano, nunca lhe dando a necessária prioridade (Barros, 2014).

Verifica-se, também, uma insuficiente ou mesmo inexistente capacidade de segurança marítima em ambas as vertentes *safety* e *security*, face às inúmeras ameaças que existem nesta importante zona de rotas marítimas e em especial na região do GdG, visto ser a maior região produtora de petróleo da África Subsariana e ser a porta de saída das rotas de petróleo e gás para os EUA, Europa, Brasil, China e Índia.

Devido aos diferentes graus de desenvolvimento dos países africanos atlânticos e à fraca dimensão das suas marinhas face às extensas linhas de costa e águas territoriais, resta a ajuda internacional através do apoio de países terceiros, que deverá ser coordenada a nível regional pelas entidades já existentes, segundo as estratégias já elaboradas, partilhando o *know-how*, evitando a dispersão de meios e de recursos.

A segurança do Atlântico Sul continua a ser vítima de grandes vazios, cujo preenchimento devia ser feito a partir da orientação da ONU aos países, alianças e organizações mais marcantes desta região, nomeadamente o Brasil, a UA e a ZOPACAS.

Face ao exposto, está validada a Hip 2 e respondida à QD2.



## Conclusões

Esta investigação teve como objetivo principal verificar a necessidade de edificar uma estrutura securitária no Atlântico Sul, tendo em consideração as ameaças que se têm vindo a manifestar – de forma crescente – na região.

Com este propósito, o Objetivo Geral do trabalho foi dividido em dois Objetivos Específicos, nomeadamente identificar quais as principais ameaças que existem no AS e caracterizar o papel das organizações regionais do AS com componente de defesa na região.

A investigação teve origem e desenvolveu-se a partir da problemática colocada sob a forma da seguinte QC: “Existe a necessidade de se edificar uma estrutura securitária no Atlântico Sul?” consubstanciada através da formulação de duas Questões Derivadas e de duas Hipóteses delas decorrentes.

Com vista a dar resposta à problemática referida, efetuou-se uma revisão da literatura e realizaram-se entrevistas a duas entidades com trabalho relevante sobre a matéria – Almirante Vieira Matias e Professor Doutor Marques Guedes – estruturando-se o problema, adotando o método hipotético-dedutivo e uma estratégia de investigação qualitativa.

No desenvolvimento da investigação, verificou-se que os desafios em matéria de segurança na região do Atlântico Sul têm o seu principal foco nas ameaças transnacionais, designadamente a pirataria, o roubo armado no mar, o tráfico ilícito de drogas e o terrorismo. Ameaças essas que sofreram um incremento acentuado durante o último ano, com incidência na região da África Ocidental e mais especificamente na região do GdG. No entanto, a perceção das aludidas ameaças não se desenvolve de igual forma dos dois lados do Atlântico Sul, nem mesmo no seio de cada país, ao longo de cada uma das costas – fruto da diferente incidência das ameaças, do grau de tolerância das sociedades a essas ameaças, dos problemas internos que afligem os respetivos países. Pelos mesmos motivos, as referidas ameaças também não colhem igual nível de prioridade.

Assim, considera-se validada a Hip1, “As ameaças transnacionais estão presentes no Atlântico Sul” – designadamente o tráfico de drogas, o terrorismo, a pirataria e o roubo armado a navios – pelo que se considera respondida a QD1.

A segurança do Atlântico Sul continua a ser vítima de grandes vazios, cujo preenchimento devia ser feito a partir da orientação da ONU aos países, alianças e organizações mais marcantes desta região, nomeadamente o Brasil, a UA e a ZOPACAS.



Tendo presente que para se alcançar uma coordenação e cooperação eficaz e eficiente no relacionamento entre organizações regionais, ou entre estados, um dos elementos a considerar é a correta identificação dos respectivos interesses e que esses objetivos sejam percebidos de igual forma pelos respectivos decisores políticos.

Do lado da América do Sul, não existe a percepção de inimigos que representem uma potencial ameaça e é considerado um continente de paz, a qual é vista pela generalidade da população do continente. Daqui resulta que o principal foco das políticas governativas da maioria dos estados desta região está direcionado para o bem-estar social dos cidadãos, relegando para uma menor prioridade o investimento na defesa.

No que se refere à costa africana, existe vontade política, mas persiste uma inconsequência na concretização das intenções, fruto da cultura africana e da sua ligação à terra e onde o mar foi sempre olhado em segundo plano “... é na terra que vivemos, desde a nascença até à morte; do mar vinham os colonizadores e partiam os escravos” (Barros, 2014).

Verifica-se, também, uma insuficiente, ou mesmo inexistente, capacidade de assegurar a segurança marítima tanto na vertente *safety* como na vertente *security*, face às inúmeras ameaças verificadas nesta importante zona de rotas marítimas e em especial na região do GdG. Devido aos diferentes graus de desenvolvimento dos países africanos atlânticos e à fraca dimensão das suas marinhas para fazerem face às ameaças que se colocam às suas extensas linhas de costa e águas territoriais, a ajuda internacional, através do apoio de países terceiros, ganha relevância e deverá ser coordenada a nível regional pelas entidades existentes, segundo as estratégias já elaboradas, partilhando o *know-how* e evitando, assim, a dispersão de apoios, de meios e de recursos.

Face ao exposto, e tendo em consideração que a maioria das organizações existentes são de cariz económico e regional, pese embora tenham preocupações na área da segurança e defesa, a sua área de atuação circunscreve-se a um âmbito meramente local, pelo que apenas a ZOPACAS se constitui como a única organização que trata do tema defesa e que abrange os países ribeirinhos do Atlântico Sul situados na América do Sul e em África.

Face ao exposto considera-se validada a Hip 2 – “Existem várias organizações regionais no Atlântico Sul, mas apenas a ZOPACAS prevê estratégias no domínio da segurança e defesa”, pelo que se considera respondida a QD 2.

Fruto das desigualdades existentes entre os países situados em ambos os lados do Atlântico Sul, das mais variadas naturezas, a que acresce a falta de partilha de problemas,



de culturas e de graus de desenvolvimento, tornam difícil a criação de uma organização do tipo da existente no Atlântico Norte. A OTAN é uma organização defensiva, onde são partilhados valores, culturas e interesses comuns, difícil de se obterem a sul do Atlântico. Assim, o quadro de ameaças identificado no Atlântico Sul representa riscos e desafios que de forma isolada, ou em coligações *ad-hoc*, dificilmente serão ultrapassados. Neste sentido, considera-se que só uma ação integrada, liderada por uma entidade supra regional, aglutinando vontades e potenciando os espaços coletivos existentes, pode dar resposta aos desafios colocados. Face ao exposto, entendemos que não deve ser criada uma nova estrutura securitária no Atlântico Sul, mas antes consolidar e potenciar as organizações já existentes, nomeadamente a ZOPACAS, que vem sendo revitalizada desde 2013.

Foi satisfeito o objetivo proposto, uma vez que se determinou subsídios que contribuirão para uma arquitetura de segurança no Atlântico Sul. Os objetivos específicos foram atingidos através da abordagem feita ao longo dos dois capítulos e a resposta às duas QD foi dada, através da confirmação das duas Hip avançadas. Desta forma, resolveu-se a problemática colocada sob a forma da questão central, tendo-se concluído que, conforme supramencionado, subsistem ainda áreas onde existe espaço para melhorar a coordenação nas políticas de segurança no Atlântico Sul.

Neste sentido, e como conclusão final, entende-se que as organizações regionais devem encontrar, num primeiro passo, soluções fundadas em interesses comuns, devendo estes constituírem-se como potenciadores de uma abordagem à cooperação, articulando os contributos das diferentes soberanias num propósito comum e satisfazendo um conjunto diversificado de necessidades, na qual a ZOPACAS poderá ter um papel relevante.

Ainda que este trabalho de investigação tenha sido limitado em espaço e tempo, entende-se que abriu perspectivas de desenvolvimento científico no âmbito da geoestratégia do Atlântico Sul, que poderão ser prosseguidas em estudos supervenientes, entre os quais, os seguintes pontos:

- Importa desenvolver, em parceria, um sistema de segurança que harmonize as capacidades civis e militares que promova vontades entre as várias organizações, procurando, desta forma, racionalizar e rentabilizar os meios e os apoios, conferindo-lhes capacidade para prevenir ou intervir no âmbito da diplomacia e da segurança e defesa.
- Os vínculos entre organizações regionais devem ser reforçados no âmbito securitário, potenciando as características de uma comunidade do AS e um sistema de



segurança marítimo e contribuindo, assim, para a segurança e o subseqüente desenvolvimento.

- Deve ser ponderada a interoperabilidade dos meios e capacidades, fomentando o desenvolvimento e emprego de doutrina operacional comum, bem como a aproximação inter-regional no planejamento de operações e exercícios.
- Prever o incremento da vigilância dos espaços sobre soberania dos Estados, nomeadamente os marítimos, promovendo mecanismos de partilha de informação que permita antecipar situações de crise e apoiar a tomada de decisão e a condução de meios.



## Bibliografia

- Abdul-Hak, A. P. N. T., 2013. *O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Almeida, E. C., 2012. *Comissão do Golfo da Guiné versus Zopacas*. [Online] Available at: [www.elcalmeida.net/content/view/912/46](http://www.elcalmeida.net/content/view/912/46) [Acedido em 11 Fev. 2017].
- Almeida, E. C. & Bernardino, L. M. B., 2013. A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica.. Em: *Revista Militar N.º 2532*. Lisboa: Revista Militar, pp. 42-54.
- Amador, P. A. B., 2015. *O instrumento militar português como produtor de segurança. Contributos para uma arquitetura securitária no Atlântico Sul (Dissertação de Mestrado)*. Pedrouços: IESM (CONFIDENCIAL).
- AR, 1997. *Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar*. [Online] Available at: [http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e526c654852766331396863484a76646d466b62334d764d546b354e79395351564a664e6a4266516c38784f546b334c6e426b5a673d3d&fich=RAR\\_60\\_B\\_1997.pdf&Inline=true](http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e526c654852766331396863484a76646d466b62334d764d546b354e79395351564a664e6a4266516c38784f546b334c6e426b5a673d3d&fich=RAR_60_B_1997.pdf&Inline=true) [Acedido em 28 JAN 2017].
- AU, 2012. *au.int*. [Online] Available at: [https://www.au.int/web/sites/default/files/documents/30932-doc-2050\\_aim\\_strategy\\_pt\\_0.pdf](https://www.au.int/web/sites/default/files/documents/30932-doc-2050_aim_strategy_pt_0.pdf) [Acedido em 14 fevereiro 2017].
- Barros, M. C. d., 2014. A Segurança no Golfo da Guiné: Uma Visão Marítima Angolana. Em: *Revista Militar N.º 2553*. Lisboa: Revista Militar, pp. 863-878.
- CEEAC, 2014. *Présentation de la CEEAC*. [Online] Available at: <http://www.ceeac-eccas.org/index.php/fr/a-propos-de-la-ceeac/presentation> [Acedido em 11 fevereiro 2017].
- Charleaux, J. P., 2017. *nexojornal.com.br*. [Online] Available at: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/02/16/Por-que-o-Brasil->



quer-um-submarino-nuclear.-E-em-que-est%C3%A1gio-est%C3%A1-o-projeto  
[Acedido em 17 fevereiro 2017].

CIA, 2017. *The World Factbook*. [Online]  
Available at: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

[Acedido em 14 fevereiro 2017].

CIC, 2016. *Sobre o Centro*. [Online]  
Available at: <http://cicyaounde.org/?lang=pt>

[Acedido em 8 fevereiro 2017].

Costa, D. & Félix, S., 2016. A região do Golfo da Guiné é uma cintura fragmentada. *Segurança e Defesa*, junho, pp. 72-79.

Costa, W. M., 2012. *Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia*. São Paulo: USP.

Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um curso..* Lisboa: IAEM.

Couto, A. C., 2012. A Importância Estratégica do Atlântico Sul. *Nação e Defesa n° 132 - 5ª série*, pp. 238-246.

CPLP, 2017. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. [Online]  
Available at: [www.cplp.org](http://www.cplp.org)

[Acedido em 12 Fev. 2017].

CRS, 2001. *Intelligence and Law Enforcement: Countering Transnational Threats to the U.S.* [Online]

Available at: <https://fas.org/irp/crs/RL30252.pdf>

[Acedido em 16 fevereiro 2017].

CSNU & CPSUA, 2011. *O Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPSUA)*. [Online]

Available at: <https://minionu15anoscsnucpsua.wordpress.com/o-comite/o-conselho-de-paz-e-seguranca-da-uniao-africana-cpsua/>

[Acedido em 20 fevereiro 2017].

Defesanet, 2013. *ZOPACAS - Discurso Chanceler Patriota*. [Online]  
Available at: [www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9333/ZOPACAS---](http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9333/ZOPACAS---Discurso-Chanceler--Patriota)

[Discurso-Chanceler--Patriota](http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/9333/ZOPACAS---Discurso-Chanceler--Patriota)

[Acedido em 11 Fev. 2017].



- DN, 2017. *Marrocos regressa à União Africana apesar de diferendo sobre Sara Ocidental*. [Online]  
Available at: <http://www.dn.pt/mundo/interior/marrocos-regressa-a-uniao-africana-apesar-de-diferendo-sobre-sara-ocidental-5638864.html>  
[Acedido em 20 fevereiro 2017].
- EMCDDA, 2016. *www.emcdda.europa.eu*. [Online]  
Available at:  
[http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/2374/TD0416161PTN\\_1.PDF](http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/2374/TD0416161PTN_1.PDF)  
[Acedido em 28 fevereiro 2017].
- European Union, 2014. *EU Strategy on the Gulf of Guinea*. Bruxelas: Council of the European Union.
- FCiência, 2013. *Krill - Vida em Destaque*. [Online]  
Available at: <http://www.fciencias.com/2013/10/04/krill-animal-em-destaque/>  
[Acedido em 20 fevereiro 2017].
- FGV, 2017. *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*. [Online]  
Available at: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar>  
[Acedido em 27 Fev. 2017].
- Fund for Peace, 2017. *Fund for Peace*. [Online]  
Available at: <http://library.fundforpeace.org/fsi16-report>  
[Acedido em 12 fevereiro 2017].
- Garcia, F. P., 2006. As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados.. *NegóciosEstrangeiros* Março de 2006, s.d. março, pp. 339-374.
- Gonçalves, T. & Corbellini, M., 2014. A Estratégia Marítima Brasileira Contemporânea para o Atlântico Sul. *Estudos do CEPE*, Issue 40, pp. 249-277.
- Guedes, A. M., 2012. *Da Desregulação ao Recentramento no Atlântico Sul, e a Construção da 'Lusofonia'*. [Online]  
Available at:  
[http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3\\_n1/pt/pt\\_vol3\\_n1.pdf](http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol3_n1/pt/pt_vol3_n1.pdf)  
[Acedido em 28 dezembro 2016].



- Guedes, A. M., 2012. Geopolitical Shifts in the Wider Atlantic: Past, Present and Future. Em: O. Foundation, ed. *The Fractured Ocean*. s.l.:German Marshall Fund of United States, pp. 11-57.
- Guedes, A. M., 2017. *A Arquitetura Securitária do Atlântico Sul* [Entrevista] (15 fevereiro 2017).
- Guerra, W. B., 2010. *O Brasil e a Segurança do Atlântico Sul. Comunicação efectuada no Seminário Internacional sobre "O Futuro da Comunidade Transatlântica"*. Lisboa: IDN.
- IESM, 2015a. *Normas de Execução Permanente (ACA 010)*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IESM, 2015b. *Norma de Execução Permanente (ACA 018)*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- IMB, 2016. *icc-ccs.org*. [Online] Available at: [https://www.icc-ccs.org/index.php?option=com\\_fabrik&view=plugin&g=form&plugin=redirect&method=displayThanks&task=pluginAjax](https://www.icc-ccs.org/index.php?option=com_fabrik&view=plugin&g=form&plugin=redirect&method=displayThanks&task=pluginAjax) [Acedido em 12 fevereiro 2017].
- International Crisis Group, 2016. *Cameroon: Confronting Boko Haram*, Brussels: Crisis group.
- JN, 2013. *União Africana suspende República Centro-Africana*. [Online] Available at: <http://www.jn.pt/mundo/interior/uniao-africana-suspende-republica-centroafricana-3128893.html> [Acedido em 20 fevereiro 2017].
- Junior, A. C. B., 2014. *A Estratégia Marítima Brasileira para o Atlântico Sul: Oportunidades para Portugal*. Lisboa: IESM.
- Lima, M. A. d. A., 2015. *Atlântico Sul: Ameaças e Cooperação*, Brasília: Universidade de Brasília.
- Machado, L. F., 2017. *Brasil Portugal desafios e oportunidades*. Lisboa: IUM.
- MAPPORN, 2016. *US Navy Fleets Area of Responsibility*. [Online] Available at: [https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/32qdx8/us\\_navy\\_fleets\\_areas\\_of\\_responsibility\\_1024\\_x\\_512/](https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/32qdx8/us_navy_fleets_areas_of_responsibility_1024_x_512/) [Acedido em 19 FEV 2017].



- Matias, N. V., 2017. *Almirante* [Entrevista] (16 fevereiro 2017).
- MD, 2012. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa.
- MD, 2017. *Fóruns Internacionais*. [Online]  
Available at: [www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/foruns-internacionais](http://www.defesa.gov.br/index.php/relacoes-internacionais/foruns-internacionais)  
[Acedido em 11 Fev. 2017].
- MERCOSUL, 2017. *Saiba mais sobre o MERCOSUL*. [Online]  
Available at: <http://www.mercosul.gov.br>  
[Acedido em 12 Fev. 2017].
- MRE, 2017a. *Cúpula América do Sul-África (ASA)*. [Online]  
Available at: [www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3674-cupula-america-do-sul-africa-asa](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3674-cupula-america-do-sul-africa-asa)  
[Acedido em 12 Fev. 2017a].
- MRE, 2017b. *Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. [Online]  
Available at: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>  
[Acedido em 27 Fev. 2017b].
- MRE, 2017. *Cúpula América do Sul-África (ASA)*. [Online]  
Available at: [www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3674-cupula-america-do-sul-africa-asa](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3674-cupula-america-do-sul-africa-asa)  
[Acedido em 12 Fev. 2017].
- Observatório da Língua Portuguesa, 2015. *O grupo do G7 de Amigos do Golfo da Guiné*. [Online]  
Available at: <https://observalinguaportuguesa.org/o-grupo-do-g7-de-amigos-do-golfo-da-guine/>  
[Acedido em 17 fevereiro 2017].
- OPEC, 2017. *Member Countries*. [Online]  
Available at: [http://www.opec.org/opec\\_web/en/about\\_us/25.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/25.htm)  
[Acedido em 14 fevereiro 2017].
- O'Regan, D., 2012. *nytimes.com*. [Online]  
Available at: <http://www.nytimes.com/2012/03/13/opinion/narco-states-africas-next->



[menace.html](#)

[Acedido em 15 fevereiro 2017].

Organização Marítima Internacional, 2010. *Aprova o código de conduta para a investigação dos crimes de pirataria e roubo armado cometidos contra navios (Resolução 1025/2010 de 18 de janeiro)*. Londres: IMO Assembly.

Pavia, J. F. L. Z., 2015. *The Maritime Security in The Gulf of Guinea: The energy security of Europe and the potential role of Portugal*. Lisboa, Institute of Social and Political Sciences of the University of Lisbon.

Pavia, J. F. L. Z., 2016. *A Segurança Marítima no Golfo da Guiné, a Segurança Energética da Europa e o Papel Potencial da NATO e Portugal*. 1ª ed. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Ramalho, J. L. P., 2009. Uma Perspectiva Portuguesa sobre a Segurança em África. Em: IPCE, et al. edits. *Estratégia*. Lisboa: s.n., pp. 253-274.

Rucks, J. T., 2014. *A Geopolítica do Atlântico Sul: a importância da ZOPACAS para o Brasil*. Porto Alegre: REBRAGEO.

SADC, 2012. *SADC Objectives*. [Online] Available at: <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/sadc-objectiv/> [Acedido em 19 fevereiro 2017].

Santos, L. A. B. d. et al., 2016. *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Pedrouços: Fronteira do Caos Editores.

Thielemans, T., 2014. *The African Search for Peace and Security*. [Online] Available at: <https://thielemanst.wordpress.com/2014/12/01/the-african-search-for-peace-and-security/> [Acedido em 20 JAN 2017].

Transparency International, 2016. *transparency.org*. [Online] Available at: [https://www.transparency.org/news/feature/corruption\\_perceptions\\_index\\_2016](https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016) [Acedido em 13 fevereiro 2017].

U.S. Naval Forces Europe-Africa / U.S. 6th Fleet, 2017. *Area of Responsibility*. [Online] Available at: <http://www.c6f.navy.mil/about/area-responsibility> [Acedido em 20 fevereiro 2017].



- UA, 2012. *2050 Africa's Integrated Maritime Strategy*. [Online]  
Available at: [http://cggrps.org/wp-content/uploads/2050-AIM-Strategy\\_EN.pdf](http://cggrps.org/wp-content/uploads/2050-AIM-Strategy_EN.pdf)  
[Acedido em 11 fevereiro 2017].
- UA, 2016. *AU in a Nutshell*. [Online]  
Available at: <https://www.au.int/en/history/oau-and-au>  
[Acedido em 20 fevereiro 2017].
- UN, 2017. *un.org*. [Online]  
Available at: <https://www.un.org/sc/ctc/blog/2015/10/20/cted-and-ecowas-reaffirm-counter-terrorism-cooperation/>  
[Acedido em 18 fevereiro 2017].
- UNDOC, 2016. *World Drug Report 2016*. [Online]  
Available at: [http://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD\\_DRUG\\_REPORT\\_2016\\_web.pdf](http://www.unodc.org/doc/wdr2016/WORLD_DRUG_REPORT_2016_web.pdf)  
[Acedido em 27 JAN 2017].
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2015. *unodc.org*. [Online]  
Available at: [https://www.unodc.org/documents/wdr2015/World\\_Drug\\_Report\\_2015.pdf](https://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf)  
[Acedido em 6 fevereiro 2017].
- UNSC, 2011. *UN.org*. [Online]  
Available at: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2018\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2018(2011))  
[Acedido em 14 02 2017].
- UNSC, 2011. *UN.org*. [Online]  
Available at: [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/2018\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2018(2011))  
[Acedido em 14 02 2017].
- UNSC, 2012. *UN.org*. [Online]  
[Acedido em 14 02 2017].
- UNSC, 2012. *UN.org*. [Online]  
[Acedido em 14 02 2017].
- US Department of State, 2017. *state.gov*. [Online]  
Available at: <https://www.state.gov/j/ct/rls/other/des/123085.htm>  
[Acedido em 18 fevereiro 2017].



Vinholes, T., 2107. *airway.uol.* [Online]  
Available at: <http://airway.uol.com.br/marinha-desativa-porta-avioes-sao-paulo/>  
[Acedido em 14 fevereiro 2017].

World Bank, 2017. *Countries.* [Online]  
Available at: <http://www.worldbank.org/en/country>  
[Acedido em 14 fevereiro 2017].

Xavier de la Gorce, A.-F. d. S.-S., 2012. *Evolution of Illegal Activities at Sea and Governments' Responses to Them.* Lisboa, The German Marshall Fund of the United States.



## **Apêndice A — Base Conceptual**

De forma a garantir o rigor do trabalho de investigação e para melhor compreensão da temática em análise, entendemos deixar desde já alguns conceitos estruturantes do nosso trabalho, não desenvolvidos no corpo do mesmo.

### **Águas interiores de um Estado**

Águas situadas no interior da linha de base do mar territorial (AR, 1997, p. 5486 (97)).

### **Alto mar (águas internacionais)**

As partes do mar não incluídas na zona económica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores de um Estado, nem nas águas arquipelágicas de um Estado arquipélago. No caso específico da zona económica exclusiva, todos os Estados, quer costeiros quer em litoral, gozam, nos termos das disposições da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, das liberdades de navegação e sobrevoo e de colocação de cabos e ductos submarinos, bem como de outros usos do mar internacionalmente lícitos, relacionados com as referidas liberdades, tais como os ligados à operação de navios, aeronaves, cabos e ductos submarinos e compatíveis com as demais disposições da Convenção (AR, 1997, p. 5486 (112)).

### **Arquitetura Securitária**

Conjunto dos elementos e mecanismos desenvolvidos, ou em desenvolvimento para garantir a proteção contra ameaças aos recursos considerados vitais para a integridade e estabilidade do indivíduo, grupo, estado ou grupo de estados quer a origem dessas ameaças seja de natureza militar, política, económica, social ou cultural (Escorrega, 2010).

### **Assistência Militar**

Materializa-se na concessão de verbas a fundo perdido ou bonificado, destinados à aquisição de material e equipamento militar, pretendendo gerar dupla dependência – financeira e logística (Santos, 1986).

### **Atlântico Sul**

Definido pelo paralelo 16 norte, a oeste pela costa sul-americana, a este pela costa africana e a sul pela Antártida.



### **Capacidade Militar**

Conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes da doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade (MDN, 2011a).

### **Cooperação Militar**

Contributo ao nível do *know-how*, treino, no âmbito das informações ou mesmo ao nível da execução (Santos, 1986).

### **Estado arquipélago**

Estado constituído totalmente por um ou vários arquipélagos, podendo incluir outras ilhas. Arquipélago significa, nos termos da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, um grupo de ilhas, incluindo partes de ilhas, as águas circunjacentes e outros elementos naturais, que estejam tão estreitamente relacionados entre si que essas ilhas, águas e outros elementos naturais formem intrinsecamente uma entidade geográfica, económica e política ou que historicamente tenham sido considerados como tal (Assembleia da República, 1997, p. 5486-(103)).

### **Golfo da Guiné**

Zona marítima entre o Senegal e Angola, incluindo os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (*European Union*, 2014, p. 1).

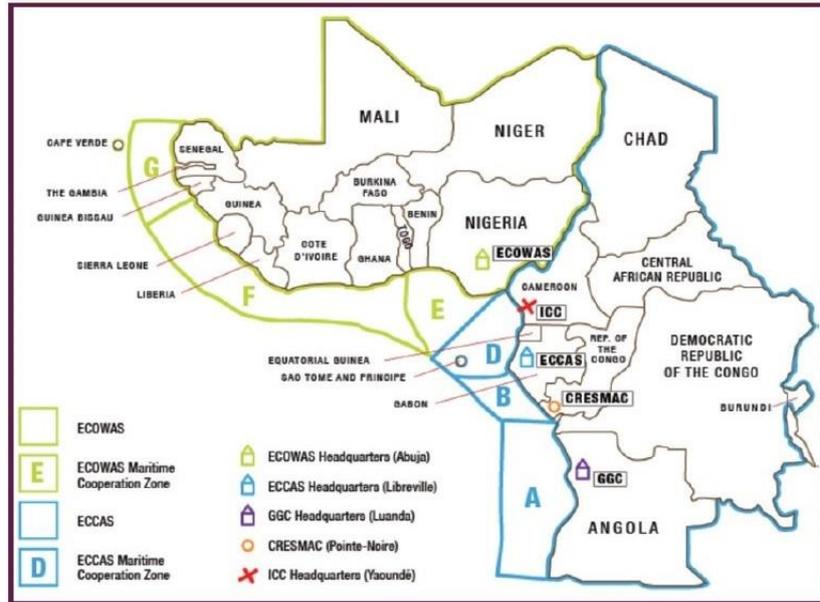


Figura 18 – Golfo da Guiné

Fonte: (International Crisis Group, 2014)

### Linha de base do mar territorial

A linha de base normal para medir a largura do mar territorial é a linha da baixa-mar ao longo da costa, tal como indicada nas cartas marítimas de grande escala, reconhecidas oficialmente pelo Estado costeiro.

### Mar territorial

Zona marítima com uma largura máxima de 12 milhas náuticas, medidas a partir de linhas de base determinadas em conformidade com a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar. O limite exterior do mar territorial é definido por uma linha em que cada um dos pontos fica a uma distância do ponto mais próximo da linha de base igual à largura do mar territorial (Assembleia da República, 1997, p. 5486-(96)).

### Pirataria

Constituem pirataria quaisquer dos seguintes atos:

- a) Ato ilícito de violência ou de detenção ou todo o ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra:
  - Um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos;



- Um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado;
- b) Todo o ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de factos que deem a esse navio ou a essa aeronave o carácter de navio ou aeronave pirata;
- c) Toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas a) ou b) (Assembleia da República, 1997, p. 5486-114).

### **Roubo armado no mar**

Qualquer ato ilegal de violência ou de detenção ou qualquer ato de depredação ou ameaça que não seja um ato de pirataria cometido para fins privados e dirigido contra um navio ou contra pessoas ou bens a bordo de um navio em águas interiores, águas arquipelágicas e mar territorial de um Estado (Organização Marítima Internacional, 2010, p. 4).

### **Segurança Marítima**

Conjunto de medidas e atividades conduzidas a fim de garantir as condições necessárias ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável no domínio marítimo, contra ameaças intencionais.

### **Zona económica exclusiva**

Zona marítima situada além do mar territorial e a este adjacente, com uma largura máxima de 200 milhas náuticas, contadas a partir das linhas de base que servem de referência para o mar territorial, sujeita a um regime específico que confere aos Estados direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos, das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins económicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos, bem como direito jurisdicional referente à colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas, investigação científica marinha e proteção e preservação do meio marinho (AR, 1997, p. 5486 (105))



## Apêndice B — Países Envolvidos na Arquitetura Securitária do Atlântico Sul

### 1. Brasil

O Brasil é o quinto maior país do Mundo, com uma área total de 8 515 mil km<sup>2</sup> e com 16 145 km de fronteiras terrestres com outros dez países da América do Sul, exceto Chile e Equador. Além disto, é dotado de extenso litoral Atlântico, com 7 491 km. Sua população estimada em 2016 ultrapassa os 205 milhões de habitantes (CIA, 2017).

O progressivo protagonismo brasileiro no sistema internacional tem encorajado o país a assumir novas responsabilidades e posições no concerto das nações, em particular no contexto regional e inter-regional, voltado para o continente africano.

O Brasil tem uma sólida tradição na defesa de soluções pacíficas para os conflitos internacionais, baseados no Direito Internacional e na igualdade entre os estados, não participando em tratados e acordos de cariz discriminatório. (MD, 2017)

De acordo com Gonçalves e *Corbellini* (2014), “A busca pela liderança regional na América do Sul e a participação destacada em diversos *fora* de governança global representam um processo de afirmação do país como um dos principais atores emergentes mundiais. Nesse sentido, existe a tendência crescente de engajamento do país nas discussões e nas resoluções de problemas e controvérsias do cenário político internacional”.

A Política Nacional de Defesa do Brasil, revista em 2012, sublinha que o seu espaço de interesse estratégico extravasa a região sul-americana e abrange todo o Atlântico Sul, incluindo a costa africana e a Antártida (MD, 2012, p. 21).

Por sua vez, a atual Estratégia Nacional de Defesa brasileira elenca diversas ações estratégicas, das quais se sublinha a maior participação nos *fora* de decisão internacionais, tais como no processo de decisão sobre o destino da Região Antártida; no CDS; na UNASUL; na consolidação da ZOPACAS; na maior interação inter-regional, como a CPLP; na Cúpula América do Sul-África (ASA); e no Fórum de Diálogo IBAS (MD, 2012, pp. 137-138).

### 2. Argentina

Segundo maior país da América do Sul, a Argentina possui uma área de 2 780 mil km<sup>2</sup>, sendo o oitavo maior do mundo. Distante apenas 500 km da Antártida, possui um litoral de 4 989 km e tem um posicionamento estratégico relevante, devido às linhas marítimas entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul. Sua população estimada em 2016 aproxima-se dos 44 milhões de habitantes. (CIA, 2017).

Abdul-Hak (2013) afirma que Argentina e Brasil tem incrementado a institucionalização da cooperação de defesa, por meio de mecanismos formais tanto na área nuclear como na convencional, porém “demonstraram pouca relevância estratégica e



raramente se reuniram, prevalecendo os entendimentos no nível das Forças Singulares, com aparente resistência à ampliação do diálogo entre os Ministérios de Defesa”.

A partir de 1955, a Argentina, em comum acordo com a África do Sul, “articulou a proposta de um sistema de defesa integrado no Atlântico Sul, posteriormente denominado de Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS). Assim, a criação da OTAS dava-se por meio do discurso da “ameaça” comunista que pairava nessa região, já que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas passava a influir cada vez mais no continente africano, principalmente com os movimentos de independência” (Rucks, 2014, p. 152). Esta organização, contudo, não foi exitosa, particularmente pela oposição dos países africanos e do Brasil.

Ainda hoje a Argentina reivindica a soberania sobre as ilhas Malvinas (Falklands), Geórgia do Sul, Sandwich do Sul e os espaços marítimos circundantes no Atlântico Sul, atualmente sob domínio do Reino Unido. Cabe lembrar que, em 1982, houve um confronto militar entre estes países pelo domínio das Malvinas. Conforme Costa (2012), “esse conflito foi deflagrado pela invasão das ilhas pelas forças argentinas, seguida pela reação britânica, que deslocou para o teatro de operações uma poderosa força-tarefa. Após três meses de batalhas, ele culminou com a derrota e a rendição das tropas argentinas e a retomada do domínio da Inglaterra sobre essas ilhas”.

A atual política de defesa argentina teve sua orientação estratégica influenciada pelo descrédito da opinião pública com suas Forças Armadas após a derrota no conflito nas Malvinas. Segundo Abdul-Hak (2013), “as Forças Armadas do país têm lentamente buscado reconstruir seu papel na sociedade, enfatizando o respeito às instituições democráticas e resistindo a envolvimento direto em assuntos internos, mesmo em momentos de aguda crise política”.

### **3. Uruguai**

Com uma população estimada de 3,3 milhões de habitantes, o Uruguai é um país pequeno, o segundo menor do continente, que possui uma área de apenas 176 215 km<sup>2</sup> e faz fronteira com os dois maiores países sul-americanos, o Brasil e a Argentina. Sua costa atlântica é de apenas 660 km (CIA, 2017).

A busca por um novo papel social após o regime militar conduziu as Forças Armadas uruguaias a enviar tropas para as operações de manutenção de paz da ONU, sendo que nos anos 90 o país chegou a ser um dos dez maiores contribuintes de efetivos para as missões das Nações Unidas (Abdul-Hak, 2013).

A consolidação do MERCOSUL, de acordo com Abdul-Hak (2013) “mitigou as tradicionais ameaças à defesa do Uruguai (Brasil e Argentina), ao permitir o afastamento da possibilidade de conflito, o qual, caso ocorresse, transformaria o território uruguaio em



teatro de operações. Suas pequenas dimensões condicionam sua capacidade de obter maiores benefícios da integração.

#### **4. Nigéria**

É o país mais populoso de África e da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)<sup>18</sup> e também o maior produtor de petróleo de África, tendo recentemente (novembro de 2016) ultrapassado Angola (que foi primeiro produtor durante sete meses). Tem mais de 186 milhões de habitantes e abrange uma área de cerca de 924 mil km<sup>2</sup>, com uma costa de 853 km. A língua oficial é o inglês (CIA, 2017).

Além do petróleo, os outros recursos naturais da Nigéria incluem gás natural, estanho, minério de ferro, carvão, calcário, nióbio, chumbo, zinco e terra arável. O setor de petróleo e gás representa cerca de 35% do produto interno bruto (PIB) e as receitas do petróleo representam mais de 90% da receita total das exportações (OPEC, 2017).

#### **5. Angola**

A República de Angola é o segundo maior produtor de petróleo de África. Tem uma população de mais de 25,7 milhões de habitantes e uma área de 1 246 mil km<sup>2</sup>, com uma costa de 1 600 km. A língua oficial é o português e tornou-se independente de Portugal em 1975 (CIA, 2017).

A impressionante taxa de crescimento económico de Angola está a ser impulsionada pelo sector petrolífero. A produção de petróleo e suas atividades de apoio contribuem para cerca de 45 % do PIB e para mais de 95% das exportações (OPEC, 2017).

#### **6. Gabão**

A República do Gabão está situada no Equador, tem uma área de 268 mil km<sup>2</sup>, com uma costa de 885 km e a sua população é de cerca de 1,7 milhões. A língua oficial do país é o francês e usa a moeda utilizada em 12 países africanos, o franco CFA<sup>19</sup> (CIA, 2017).

Além de ser um produtor e exportador de petróleo, o Gabão possui abundantes matérias-primas e apresenta um crescimento notável ao nível da agricultura e do turismo. Outras exportações importantes são a madeira, o urânio e o manganésio (OPEC, 2017).

#### **7. Congo**

A República do Congo tem uma área de 342 mil km<sup>2</sup>, com uma costa de 170 km e a sua população é de cerca de 4,8 milhões. A língua oficial do país é o francês e a moeda oficial é o franco CFA (CIA, 2017).

---

<sup>18</sup> Também designada por OPEC - *Organization of the Petroleum Exporting Countries*

<sup>19</sup> Acrónimo francês de *Colonies Françaises d'Afrique (CFA)*



Possui reservas significativas de hidrocarbonetos, com uma estimativa de 1,6 bilhões de barris de petróleo e 90 bilhões m<sup>3</sup> de reservas em gás natural, cuja produção é essencialmente *offshore*. Além disso, o Congo possui significativos recursos minerais (World Bank, 2017).

## 8. Guiné Equatorial

A Guiné Equatorial é composta por uma parte continental e uma zona insular onde se localiza a capital Malabo, num total de 28 mil km<sup>2</sup> e uma costa de cerca de 300 km. É a única antiga colônia espanhola na África Subsaariana. De acordo com um censo de população de 2015, a população da Guiné Equatorial é de aproximadamente 1,2 milhão de pessoas. Tem três línguas oficiais: o espanhol (língua nacional), o francês e o português. A moeda oficial é o franco CFA (CIA, 2017).

É possuidor de terras aráveis e recursos minerais que vão desde ouro, urânio, diamantes e petróleo descoberto na década de 90 do século XX que, apesar de ser *offshore*, o colocam nos dez primeiros produtores da região (World Bank, 2017).

## 9. Reino Unido

A patrulha e a fiscalização que ocorrem em ambas as costas do Atlântico Sul – designadamente na costa africana – ainda são elementares, ou inexistentes, o que favorece a ingerência de potências extra regionais. Os EUA e o Reino Unido possuem forte presença na região. Os EUA criaram em 2007 a *United States Africa Command* (US AFRICOM), que conta com meios navais da 4 Frota, reativada em 2008, para eventual emprego na costa africana. Já o Reino Unido detém algum controlo da atividade que ocorre no Atlântico Sul, pois possui um conjunto de arquipélagos e ilhas ao longo do Atlântico Sul que vai desde as Ilhas Malvinas até a Ilha de Ascensão, como indicado a Figura 16.



Figura 19 – Presença extra regional no Atlântico Sul

**Fonte:** (Rucks, 2014)



Nestas circunstâncias, surge a necessidade de garantir o controle tanto das linhas de comunicação, para a garantia do fluxo comercial livre, como da soberania sobre as vastas reservas de recursos naturais para o estímulo do desenvolvimento do estado. Assim, o quadro traçado reforça a conveniência do governo de dotar as forças marítimas da capacidade de assegurar a soberania e a manutenção da paz de forma autónoma, ou através da cooperação com outros países da região. Nesse sentido, *Visentini* (2010, p. 31-32) assinala que as descobertas de jazidas de petróleo na costa brasileira e no Golfo da Guiné, relevam para a necessidade de reafirmação da soberania dos estados costeiros sobre as águas territoriais, além da manutenção da segurança dos oceanos para a navegação e o bloqueio de qualquer iniciativa de militarização desses espaços marítimos por potências extrarregionais.